

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO



ATA DA SESSÃO
ORDINÁRIA DE
2022/12/22

ATA N.º 11



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 11/2022

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2022, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda Secretária, Christelle Varanda Domingos (em substituição de Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

(A preencher nos termos do Regimento.)

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

2. Aprovação da ata:

- Ata n.º 6/2022, referente à sessão de 30 de junho de 2022.

- Ata n.º 7/2022, referente à sessão de 11 de agosto de 2022

3. Intervenções.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Apreciação e votação de propostas de “Mapas de Pessoal, para o ano de 2023”.

2.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. **(Proposta n.º 53/2022)**

2.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. **(Proposta n.º 54/2022)**

Ponto 3 - Apreciação e votação de propostas de “Documentos Previsionais para o Ano 2023”.

3.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. **(Proposta n.º 55/2022)**

3.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. **(Proposta n.º 56/2022)**



Handwritten signature and initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Redução de IMI – Artigo 44º. - B do Decreto-Lei 215/89, de 1 de julho, com a alteração introduzida pelo artigo 224º. da Lei nº. 42/2016, de 28/12.” **(Proposta nº. 57/2022)**

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município de Castelo Branco à Rede Cidades e Vilas que Caminham.” **(Proposta nº. 58/2022)**

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesia:

6.1. Transportes Escolares, Refeições Escolares, Refeições Escolares do Pré e 1º. Ciclo e Assistentes Operacionais de Apoio ao Ensino Pré-Escolar e do 1º. Ciclo do Ensino Básico. **(Proposta nº. 59/2022)**

6.2. Junta de Freguesia de Monforte da Beira. Recuperação do Cemitério da Freguesia de Monforte da Beira. **(Proposta nº. 60/2022)**

6.3. União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Arranjos paisagísticos em Sobral do Campo. **(Proposta nº. 61/2022)**

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “Eleição de um Presidente de União/Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação.”

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Alcains na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Branco”.

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 22/12/2022

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco. Proposta de Minuta de Contrato-Programa para o Ano 2023. **(Proposta nº. 62/2022)**

Ponto 10 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- 10.1. Junta de Freguesia de Salgueiro do Campo. Pavimentação da Rua da Vinha e Requalificação do Monumento de Nossa Senhora dos Caminheiros. **(Proposta n.º. 63/2022)**
- 10.2. Junta de Freguesia de Benquerenças. Alargamento das Ruas Nova e das Quelhinhas e Calcetamento da Rua das Quelhinhas, em Maxiais. **(Proposta n.º. 64/2022)**
- 10.3. União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Requalificação da Piscina de Ninho do Açor. Aditamento. **(Proposta n.º. 65/2022)**
- 10.4. União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Colocação do Nome à Entrada das Freguesias, Iluminação de Edifícios e Numeração dos Cemitérios. **(Proposta n.º. 66/2022)**
- Ponto 11** - Discussão e votação da proposta de “Aquisição Onerosa de Prédios Urbanos em Castelo Branco. Rua de São Sebastião, n.ºs 25 a 37, e Rua dos Ferreiros, n.º. 6, 8 e 10, artigos 884 e 3765, da Freguesia de Castelo Branco. **(Proposta n.º. 67/2022)**

2.º. ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 22/12/2022

- Ponto 12** - Discussão e votação da proposta de “Adesão à Central de Compras Denominada Central Nacional de Compras Municipais (CNCM). **(Proposta n.º. 70/2022)**
- Ponto 13** - Discussão e votação da proposta de “Contrato Interadministrativo com a União de Freguesia de Escalos de Cima e Lousa. Construção de *Bunker* para Instalação de ATM em Escalos de Cima. **(Proposta n.º. 71/2022)**
- Ponto 14** - Albigeç, EM/SA.
- 14.1 – Proposta de aprovação de Alteração Estatutos. **(Proposta n.º. 72/2021)**
- 14.2 - Proposta de aprovação do Contrato Programa para o ano de 2023. **(Proposta 73/2021)**

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Carlos Manuel Silva Salvado (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pompo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, Nuno Miguel Teixeira Maia, Miguel Gregório Barroso, António Fonseca (em substituição de Ernesto Candeias Martins), Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, José Alberto Moreira Duarte (em substituição de Adelina Maria Machado Martins), Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas Silva, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Célia Afonso (em substituição de Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Batista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Adelina Maria Machado Martins, Ernesto Candeias Martins, Celeste Nunes Rodrigues.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra comunicar.

Presidente da Assembleia Municipal - Damos início à sessão da Assembleia Municipal convocada de acordo com o Regimento, em vigor e com a Lei nº. 75/2013.

Para além do edital/convocatória, houve a publicação nas redes sociais oficiais do Município e também publicitação no jornal Reconquista e Gazeta do Interior.

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal os Senhores e Senhoras Vereadoras do Executivo Municipal, caras deputadas e deputados municipais, Presidentes das Juntas e das Uniões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



de Freguesia do Concelho, Múncipes aqui presentes e remotamente, através das redes sociais, dirigentes e funcionários municipais e comunicação social.

Em nome da Mesa, no início da Sessão, apresento, a todos, uma saudação, com estima e consideração e formulo o desejo de um bom trabalho para todos.

2. Aprovação das atas:

- Ata n.º. 6/2022, referente à sessão de 30 de junho de 2022.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata n.º. 6/2022, referente à sessão de 30 de junho de 2022.

- Ata n.º. 7/2022, referente à sessão de 11 de agosto de 2022

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata n.º. 7/2022, referente à sessão de 11 de agosto de 2022.

3. Intervenções.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Gostaria de fazer o ponto da situação, relativamente, à moção aprovada, sobre a colocação da bandeira nacional no castelo de Castelo Branco, já chegamos ao Natal e a bandeira ainda não está lá. Gostava de saber o tempo que vai demorar.

Outro ponto prévio, já aprovamos aqui os apoios relativamente à alimentação do pré-escolar e até ao momento ainda não foi recebido. Gostaríamos de saber se está a ser implementado, ou seja, já terminou o 1.º Período e, no momento, ainda não receberam nenhum apoio.

A minha intervenção vai-se focar, principalmente, numa problemática que chegou até nós e penso que os Senhores Deputados também já se aperceberam. No nosso concelho tem cada vez mais aparecido focos de acampamentos, presumo de estrangeiros. Estive a ver alguns, na zona do Barbaído, no Freixial do Campo. Aprovamos aqui o estudo para a construção da Barragem do Barbaído, fui visitar o local e foi quando me deparei com acampamentos que não eram 1, nem 2, nem 3, eram muitos acampamentos. Falei com algumas pessoas, em locais, pessoas indignadas porque existem quintinhas e que construíram barracões para guardar as ferramentas, isso é ilegal, não o podem fazer e depois veem 20 ou 30 pessoas a morar numas barracadas. Recordo-me que foi num dia de semana, havia algumas crianças que tinham idade escolar, é claro que podem estar na escola à distância, não coloco isso em causa, mas, realmente, existem muitas situações dessas. Também passei na freguesia de Sarzedas, na localidade de Gatas, fizeram uma vedação mesmo encostada à estrada, um acampamento terrível, cria muitos problemas, não sabemos que pessoas lá estão, se precisam de apoio na altura de incêndios, agora nesta altura se há cheias, problemas de saúde. É



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

importante os estrangeiros virem para Portugal, comprarem casas nos nossos territórios, reconstruirmos, isso é bom, agora desta forma, na nossa opinião não é a forma correta e penso que a Câmara deveria ter como função fiscalizar estas situações, as vedações e eliminá-las porque já vem acontecendo a algum tempo. Em alguns sítios para além de acampamentos, temos também carrinhas, normalmente, de volante à esquerda que já não têm condições para andar, mas moram lá pessoas dentro. Se passarmos à noite, no sentido, do Palvarinho, passamos as bombas, cortamos à direita naquela estradinha, deparamo-nos com aquela serra toda iluminada nos pontos onde há pessoas a morar. Penso que esta situação nos vai criar problemas porque se lá estiverem há muito tempo, temos que arranjar um sítio para ficarem. Não tenho visto nenhuma preocupação. O curioso disto, é que se qualquer um de vocês consultarem o google maps, se pesquisarem nestes territórios encontram nomes de empresas, casas pré-fabricadas, ou fazem aulas de yoga, ou plantas medicinais. Arranjamos um carro para ir lá, um 4x4 porque em alguns sítios é muito difícil chegar lá e aquilo parece um mundo. Aquilo que também notei, é que as quintas em Castelo Branco têm um preço astronómico, quintas que valiam 15 mil euros, agora custam 85 mil euros, é uma problemática e temos que nos preocupar porque cria uma má imagem do nosso concelho. Também já aconteceu mais a sul na zona do Crato, tiveram o mesmo problema com uma situação idêntica que acho que deve ser resolvida.

Obrigado pela atenção.

António Fonseca (MPT) - Ao fim de um ano aqui voltamos para votar os documentos essenciais à gestão do próximo ano. E, recordando o que aqui se passou em 2021, lembramos que foi aprovado um orçamento que aumentava a despesa com pessoal, e que, se bem me recordo, se posicionava como um documento que assumia a herança do anterior executivo, e que demonstrava que ainda não tinha havido tempo para arrancar com a nova gestão.

Compreensível, embora prejudicial para os munícipes.

Um ano volvido, e um novo orçamento é apresentado, para de novo ser votado.

E neste ano o que se passou?

Pouco. As poucas obras na cidade não acabaram e pouco ou nada se vê a acontecer de novo.

Não se vislumbram estímulos para que a economia local se robusteça, não se verificam objetivos ou estratégias para chegar a algures.

Vai-se indo. Sem ambição, deixando apenas deixar que os dias passem. Parece ser a situação tão comum em que afinal só cometem erros os que algumas coisas fazem, diz-se. Se nada se fizer, não se cometem erros, e fica tudo bem.

Mas não fica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Na Rua da Eira não ficou.

Houve uma derrocada num prédio devoluto. Ou melhor, abandonado. Além de custos materiais, felizmente não houve vítimas a lamentar. E porque se deu este evento? Por um motivo simples. Porque nada se fez. Apesar das promessas, e foram muitas. foram só isso mesmo. Promessas.

E podia ter sido feito muito.

Ter uma agressiva política fiscal, de incentivo à recuperação de imóveis, por exemplo.

Outra possibilidade seria a de cruzar esses incentivos com alojamento para estudantes, por exemplo promovendo a possibilidade de imóveis degradados, mas ocupados por pessoas mais idosas serem recuperados para alojamento de estudantes. O Porto e Barcelona têm programas destes, que tem sucesso.

E, repare-se, com pouco investimento, conseguem-se vários objetivos: o repovoamento, a recuperação de imóveis, aumento de atividade económica e a inclusão social.

Mas neste caso, falta criatividade, informação e vontade e, até já se confirma a falta capacidade a este executivo.

O mesmo com os bio resíduos. Na última reunião de 2021, coloquei aqui a questão dos bio resíduos, e a recolha seletiva obrigatória que se avizinhava.

A resposta da CM é apenas a de despejar mais dinheiro.

Não se alvitram soluções que envolvam os municípios, que os considerem a participar. Os municípios apenas são vistos como o porquinho mealheiro onde se vai buscar o dinheiro.

A este respeito, existem exemplos brilhantes e com resultados fenomenais, em diversos locais do mundo. Em Capannori, no norte de Itália, uma cidade com 47000 habitantes mostra como se faz bem.

Aqui, a prática do anterior executivo continua a ser a mesma: despejar dinheiro sobre os problemas.

A propósito de despejar dinheiro sobre os problemas, e aproveitando que estão aqui presentes os dois responsáveis máximos, o atual presidente e o anterior, consegue alguma das Excelências, explicar a esta Assembleia o que se passa com a fábrica do figo-da-india?

As centenas de milhar de euros ali investidos continuam parados? A estragar-se?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Continua a Camara a pagar a renda do pavilhão nos Maxiais onde estão as máquinas ao abandono?

Porquê?

É que quem tomou a decisão foi o anterior executivo, mas o atual também tem a responsabilidade de resolver aquele problema, e colocar o investimento em funcionamento.

Conseguem informar alguma coisa sobre isto, ou apenas nos vão chamar, como munícipes, para pagar a despesa?

Em suma, queremos saber os porquês das decisões e dos gastos previstos, pois os Euros que aqui se decidem gastar são dos munícipes, não são da Câmara.

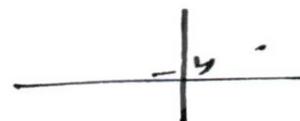
E dos documentos aqui apresentados, suscitam-nos muito mais dúvidas do que concordâncias.

Esperamos que o Senhor Presidente tenha a possibilidade de demonstrar que as opções deste orçamento NÃO estão erradas.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM) – A comissão de acompanhamento de resposta às urgências de genecologia e obstetrícia criada pelo governo do PS deixou no ar a possibilidade do encerramento da maternidade do Hospital de Castelo Branco. O governo atirou a pedra e escondeu a mão.

Os fundamentos do possível encerramento não existem, as informações sobre o processo são muito poucas, as entidades locais não são tidas nem achadas. De resto a Câmara Municipal de Castelo Branco e o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, dizem saber tanto como qualquer um de nós. Não tenhamos ilusões, esta possibilidade de encerramento existe mesmo e a Câmara Municipal de Castelo Branco tem que ser um agente ativo neste processo, caso contrário, arriscamo-nos a tomar conhecimento novamente pela Comunicação Social que a maternidade vai encerrar desta feita já como um facto consumado.

O encerramento da maternidade seria uma decisão contrária ao princípio da coesão territorial tão proclamado por este Governo. Seria mais um abalo na atratividade do Concelho de Castelo Branco com o acesso aos cuidados de Saúde, é fundamental para o nosso desenvolvimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Para um jovem casal com perspetivas de construir família, este encerramento seria o óbvio desincentivo à sua fixação aqui no concelho, por isso, mesmo, somos frontalmente contra esta possibilidade.

Senhor Presidente da Câmara, quero lançar-lhe um repto, pedir-lhe que convoque o seu Governo, o Senhor Ministro da Saúde a clarificar quais são os planos para a maternidade do Hospital Amato Lusitano. Está ou não está a preparar-se o encerramento nas costas da população?

Bem sabemos que no concelho de Castelo Branco o problema não é da qualidade da prestação de Saúde. É mais um problema de acesso ao SNS, é um problema dos tempos de espera, é um problema da falta de médicos em algumas especialidades, na dificuldade de os atrair, por isso, tantos concursos ficam sem candidatos e, por isso, mesmo, queremos é que o Governo nos ajude a resolver o problema da Saúde e que não crie um novo para resolvermos.

Bem sabemos que esta não é uma preocupação somente do PSD/CDS/PPM, soubemos há pouco que já foi submetida uma moção a este propósito e, por isso, contará obviamente com o nosso apoio e solidariedade.

Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo) – No passado dia 20 de dezembro, neste salão Nobre foi apresentado o Programa Revive para o Colégio de S. Fiel em Louriçal do Campo, pelo Sr. Secretário de Estado do Turismo, comércio e serviços Dr. Nuno fazenda no seu primeiro ato publico nesta região, da qual é originário e pela qual foi eleito, contando também com presença do Sra. Vice presidente do Turismo de Portugal, o Sr. Presidente do Turismo do centro, entre outras entidades.

Em 1º lugar um agradecimento ao Governo, pela coragem em voltar a lançar este concurso, será a 3ª tentativa, esperamos que seja a última, e que tenha o final que todos desejamos.

Em 2ª lugar ao Turismo de Portugal, num curto espaço de tempo, reformulou todo o projeto, e elaborou um novo processo.

Em 3º lugar á Câmara Municipal de Castelo Branco, na qualidade do Senhor Presidente que sempre se disponibilizou a colaborar no que lhe foi solicitado para que o processo atingisse o objetivo pretendido, o lançamento deste concurso.

O colégio de S. Fiel é um grande complexo arquitetónico, com localização no sopé da Gardunha, na freguesia de Louriçal do Campo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Desde a sua fundação em 1852, enquanto orfanato para crianças de ambos os sexos da região dirigido pelo grande impulsor Frei Agostinho da Anunciação, passando pela integração no património da companhia de Jesus em 1863, enquanto estabelecimento de ensino primário e secundário para rapazes e finalmente, após a implantação da república, já como património do estado, com a criação na década de 20, de um reformatório, posteriormente convertido em instituto de reeducação.

O edifício S. Fiel, atravessou desde os meados do século XIX até ao início do sec. XXI, por diversas fases de administração e ocupação, que acabariam por refletir-se na arquitetura do imóvel, passando por várias fases de construção e ampliação.

O último período de ocupação ocorreu entre 1962 e 2003, enquanto Instituto de reeducação de S. Fiel, tendo em 2003 encerrado, ficando ao abandono e a saque durante muitos anos, sofreu a machada final em 15 de agosto de 2017, nos grandes incêndios da Gardunha, que também consumiram por completo a colónia de média altitude da Gardunha, hoje restam as ruínas, esperamos que mesmo não suceda á casa da Tapada da Renda.

O concurso do Revive para o colégio de S. Fiel tem uma concessão pelo período de 50 anos, com uma renda anual mínima de 27750,00.

Hoje consideramos, enquanto Junta de Freguesia, que a nossa colaboração, sublinho e corrijo, também a nossa colaboração, em muito contribui para que chegássemos a este ponto.

Recordo um pouco do que foi a cronologia dos factos, desde 2020 que a Junta de Freguesia de Louriçal trabalhou em estreita colaboração com o Turismo de Portugal, trocamos e-mails, muitas conversas por telefone, para que todas as oportunidades que surgissem fossem equacionadas.

Ao longo deste período foram-se perfilando potenciais investidores, muitos deles contactaram a Junta de Freguesia de Louriçal do Campo, outros terão contactado a Câmara Municipal de Castelo Branco e outros o Turismo de Portugal, sempre estivemos em sintonia, contudo nunca passaram de intenções, nunca efetivaram um interesse claro, um projeto, uma ideia para o Local que fosse ao encontro do que se pensava. Reconhecemos que o último concurso afastava qualquer investidor, tanto pela renda, como pelo caderno de encargos associado, contudo sempre informamos as entidades responsáveis, para que ninguém se sentisse excluído.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No verão de 2021, foi através da Junta de Freguesia que surgiu a primeira proposta que talvez fosse possível concretizar, melhor dito, talvez seja possível concretizar, com uma ideia definida, com um fio condutor que ia na linha do que fora idealizado para o Colégio de S. Fiel.

Em fevereiro de 2022, agendamos a 1ª reunião no Turismo de Portugal, na qual também estiveram os Senhores Presidente e vice-Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, para apresentar os possíveis investidores, acreditamos que foi o despoletar de todo este novo processo, deste novo concurso, que sejamos claros, pode não atingir o objetivo pretendido, a atual conjuntura não é favorável, mas a resiliência, a persistência, que nos caracteriza, obrigam-nos prosseguir o sonho.

Mantivemos até ao dia do lançamento uma estreita ligação ao Turismo de Portugal, estivemos a par de todo o processo, fomos ouvidos, fomos consultados, mantivemos sempre o discernimento, a sensatez para fazer parte da solução, sem perturbar o desenrolar natural deste processo.

Hoje sentimos que também somos parte integrante deste novo ciclo, que com certeza tem o apoio total da Câmara Municipal de Castelo Branco, do seu Presidente, que terá um papel determinante no futuro de S. Fiel.

Um Projeto desta envergadura, é investimento importante para a freguesia de Louriçal do Campo, para a Cidade de Castelo Branco, para o concelho e para a região.

A criação de mais postos de trabalho a fixação de pessoas, de famílias jovens, o renascer da atividade económica são determinantes para o futuro do Louriçal do Campo, acreditamos que esta poderá ser uma das últimas oportunidades.

Foi dado um novo passo numa região com grande potencial turístico, segundo dados do turismo do Centro a atividade turística na Região Centro teve um crescimento de + de 25%, a maior do país. A Gardunha, uma das serras mais bonitas de Portugal, quem o afirmou foi o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, afirmação que concordo plenamente, é com certeza um fuma mais valia, a proximidade á serra da estrela, a excelente localização da freguesia são com certeza fatores a ter em conta , contudo há que ter a determinação em investir nesta serra, melhorar os acessos principais, abrir e aumentar a rede viária secundária para que o combate aos incêndios seja mais eficaz, projetar , divulgar e promover toda a Gardunha.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Câmara Municipal de Castelo Branco lançou recentemente o concurso para o “Controlo de invasoras lenhosas na paisagem regional protegida da Serra da Gardunha”, mais conhecidas por acácias ou mimosas, parece-nos que este já é um passo importante.

Cabe-nos á nós autarcas dar um sinal positivo aos investidores, talvez o primeiro, a melhoria significativa das infraestruturas, incluindo os acessos á freguesia, melhorando a Ligação através da Soalheira e da Ligação EN18-estrada Municipal 1224, independentemente de atravessar um, ou mais concelhos até S. Fiel.

As vias de comunicação são determinantes para a concretização deste projeto, assim com a colocação de saneamento básico, rede águas, que servirá o Colégio de S. Fiel, um futuro investimento na Colónia, aos mesmo tempo vai ao encontro de uma pretensão dos residentes, acreditamos, os Louriçalenses e os Albicastrenses que o Senhor Presidente da Câmara terá isso em conta.

É vital investir nas freguesias, em todas as freguesias, é preciso manter a dinâmica, é preciso dar confiança aos munícipes, é preciso concretizar, em tempos difíceis ainda se torna mais importante.

Termino, reiterando a nossa determinação, a disponibilidade em estabelecer com a Câmara Municipal de Castelo Branco, com o Turismo de Portugal toda a colaboração possível, para que este novo REVIVE, tenha um investidor, se concretize o projeto, se efetive numa obra, atingindo o seu objetivo.

Em meu nome, e do Grupo Municipal do Sempre, desejo-vos um feliz Natal e um prospero ano novo.

Maria Cristina Vicente Pires Granada (PS) – Atendendo a tudo o que ouvimos até agora, acabamos por compreender que quando projetos transversalmente nos preocupam e nos ocupam com força, as diferenças de projetos políticos que ocupam as nossas bancadas podem frequentemente unir esforços para chegar a fins de melhoria das nossas populações.

Um dos recursos mais valiosos que temos, talvez seja, o acesso à proteção na Saúde. É provável que um dos bens mais valiosos que possamos disponibilizar a uma parturiente, seja permitir-lhe um parto em boas condições de atendimento e segurança e mesmo nos momentos mais complexos das polémicas horas das maternidades, a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

continua a manter um serviço de qualidade ao dispor dos seus utentes. Maternidade e outros serviços que não queremos ver a encerrar, encontramos, pois, um dos hospitais que assume uma centralidade territorial inegável.

Desta forma, entre a Sertã, Proença a Nova e Idanha ou Nova e todos os restantes espaços, territórios que nos são adstritos, dificilmente outro hospital do nosso Distrito assumirá igual centralidade. Não podemos perder serviços de saúde, nem podemos desistir da maternidade porque precisamos de fixar população porque o SNS é um bem valioso destinado a todos.

Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida (S-MI) - “A delegação de competências é um FLOP completo”. Não, não é uma afirmação minha...

(mostrar o jornal)

...é do novo presidente do PSD que parece ter vindo a Castelo Branco deixar esta mensagem. Penso que proferiu esta afirmação durante um pequeno almoço de trabalho com jornalistas, por isso apenas me posso pronunciar sobre o que li na imprensa e do que li apenas vejo referido o problema da contratação de auxiliares para as escolas, com justificativo desta afirmação. Peço por isso aos nossos colegas do PSD que nas ajudem a perceber o que fundamenta verdadeiramente esta afirmação, porque certamente não será apenas pelo problema da alegada falta de meios para contratação de auxiliares, que todo este processo de delegação de competências merece ser apelidado de FLOP.

Tomado como boa a ideia que tenho, que o nosso executivo não estará de acordo com as declarações do líder do PSD, como se sente a governar o nosso município com um parceiro com uma opinião tão oposta, numa tão importante matéria?

Já agora, Senhor Presidente, que falamos sobre competências delegadas, uma das que foi recentemente aceite pelo nosso município, foi a da Ação Social, sobre a qual nos chegaram algumas preocupações no que respeita às equipas de apoio ao RSI e equipas SAAS.

- Ao que parece o executivo, e com efeitos a final do ano, decidiu acabar com o protocolo que mantinha com a misericórdia que assegurava estes serviços. Pode confirmar?
- Por outro lado, o município só vai assumir esse trabalho a partir de um de abril. É mesmo assim?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- E nos meses de janeiro, fevereiro e março quem vai assegurar a proteção a estes cidadãos? Volta a ser a segurança social? E está preparada para isso?

E vou finalizar deixando uma nota de regozijo e de felicitações à Escuderia Castelo Branco pelo FIM ENVIRONMENTAL TROPHY, que lhe foi atribuído nos FIM AWARDS 2022 que se realizaram em Rimini, Itália.

Este reconhecimento é devido a um projeto de sustentabilidade ambiental que apresentou e aplicou durante o 1º Estágio de Mini Enduro no Parque de Desportos Motorizados de Castelo Branco, que teve lugar no dia 4 de junho.

É um prémio internacional ao mais alto nível do desporto mundial, que reforça a posição de Portugal no mapa dos países em que o desporto motorizado segue o caminho da sustentabilidade... mas, desta vez, o trofeu leva escrito a prata, o nome de Castelo Branco.

Muito Obrigado a todos.

Daniel António Guerreiro Almeida (PS) – Em ponto final do ano, com o ano de 2023 à porta, com o Orçamento para ser hoje aqui também votado, permitam-me também destacar aqui alguns aspetos desta governação socialista na Câmara que se consideram relevantes e que merecem talvez um especial destaque e também falar delas de uma forma a serem reforçadas.

Este Executivo ao contrário daquilo que dizem, é colocado enfase em questões estratégicas que nos preparam para o futuro ao contrário da opinião do nosso colega Deputado do MPT que tem sido através de uma iniciação, ou de uma política de transportes que hoje já conseguem abranger todo o concelho que procurará diversificar a mobilidade na cidade e reduzir a nossa pegada carbónica e criar ruas mais seguras ao contrário do colega Deputado Paulo Almeida que pretende criar autopistas no meio da cidade.

Tem sido através de uma visão pedagógica que procura desenvolver a nossa política educativa que garante o sucesso escolar e melhor preparar os nossos jovens.

Tem sido através das feiras das freguesias e da cidade, promovendo o nosso local.

Tem sido através das campanhas da promoção turística como é exemplo a iniciativa da parceria com a CP.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Tem sido através de uma programação cultural mais abrangente, sustentada na nossa identidade de tradições e costumes.

Tem sido também através das iniciativas e das dinâmicas criadas, no âmbito, da candidatura à cidade criativa da UNESCO.

Tem sido também, com a recuperação do nosso património, assim se espera com o Programa Revive com o Colégio S. Fiel.

E se é de futuro que falamos, não nos podemos esquecer das carências e das fragilidades presentes, fruto também da pandemia e o que tem sido a inflação por causa da guerra.

Tem sido o reforço das verbas para a intervenção social.

Tem sido através de medidas de apoio à natalidade com o pagamento participado das creches, as refeições grátis ao primeiro ciclo, a escola a tempo inteiro, entre outros.

Ninguém melhor que o Senhor Presidente para enunciar todos estes assuntos que têm sido concretizados e que nos resta congratular.

Temos colocado na defesa de Castelo Branco e na preparação do seu futuro também através da delegação de competências, acho que não é a questão da transferência de competências que é o problema, são realmente todos os instrumentos de financiamento para concretizar essas competências. Ainda assim, não esquecemos os objetivos que temos para cumprir que não são coisa pouca e falamos do IC31 que tanto nos dignificará colocando-nos numa posição económica mais central que permitirá valorizar o nosso tecido mais produtivo.

Falamos da Barragem do Alvito que nos permitirá armazenar água e explorar outras atividades económicas.

Falamos de uma linha ferroviária mais rápida e segura e flexível.

Falamos também da revitalização do nosso centro histórico.

Senhor Presidente, as condições estão reunidas para se refletir e concretizar uma estratégia de desenvolvimento e um novo impulso para Castelo Branco e consideramos que para concretizar estes projetos e garantir que cumpram o desígnio para que são criadas, pressupõe-se atualizar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

implementar novas políticas, novos modelos de gestão e governança, enfim temos que atualizar os nossos instrumentos de gestão territorial.

O relatório de Estado, do Ordenamento do Território de Castelo Branco data a dezembro de 2020 é crítico, sobretudo quando refere que os planos municipais deveriam ser revistos no prazo de cinco anos e à data de hoje continua em vigor um que tem 28. Ora isto, revela uma certa preocupação e uma incompatibilidade da nossa matriz de dinâmicas territoriais com as linhas estratégicas das políticas de Ordenamento e Desenvolvimento do Território, da última geração. Sendo assim, constitui um entrave ao sucesso dos nossos objetivos enquanto município.

Portanto, se outro Executivo Socialista não teve a competência de concretizar isto, lanço o repto para que este Executivo o faça.

Ana Cristina Marques Lourenço (S-MI) - Castelo Branco, é fácil gostar.

Esta é a nova linha gráfica escolhida para a promoção da nossa cidade, capital de distrito.

Uma linha gráfica que, no entender de quem a criou e implementou, define a identidade, o valor e o rumo de Castelo Branco.

Uma nova linha gráfica que quebrou a identidade de um território, e que no nosso entender, nos afasta cada vez mais do essencial – a consolidação de uma marca identitária única.

“Natal em Castelo Branco, é fácil gostar”, é prova disso.

Desenhar uma linha gráfica é uma estratégia de comunicação que vai muito além da organização municipal. As marcas transmitem valores, identificam um território, rotulam quem lá vive, promovem o turismo, posicionam-no no mercado, impulsionam a economia e criam valor! Valor monetário e valor percetivo!

O valor monetário, por motivos óbvios, extensível a todo o concelho, incrementa o turismo e impulsiona a economia, e o valor preceptivo faz a identificação da marca, relacionando-a, imediata e intrinsecamente, com o evento e com a entidade que o promove.

Considerando todas estas questões, perguntamos se realizaram estudos de mercado para a implementação da nova marca? Estudaram a viabilidade do *rebranding*? Analisaram os efeitos da mudança no comportamento do mercado, e consequente perda da fiabilidade?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A marca “Natal Branco”, independentemente de quem a implementou, criou, pela notoriedade que conseguiu alcançar, um efeito intemporal no território local, regional, nacional e além-fronteiras.

Detinha uma perceção positiva no posicionamento do mercado, era conhecida por todos, gerava interesse, estava atualizada, era competitiva, criava expectativa e era realmente identitária da região.

A nossa questão é simples: porque é que alteram a marca, quando o ano passado a usaram? Sabendo da importância em criar valor, quais foram os motivos para esta decisão?

Bem-haja a todos e Boas Festas.

Christelle Varanda Domingos (S-MI) - Caros membros do Executivo Municipal, é para vós que dirijo as minhas primeiras palavras, e dirijo-me na ambição de vos parabenizar pela excelente organização do Natal em Castelo Branco e o quanto isso permitiu projetar a marca da nossa cidade. Ouso mesmo dizer que, mesmo após o sucesso alcançado no passado, a fasquia para este ano foi largamente ultrapassada.

Não será necessária muita pesquisa para nos apercebermos o quanto estas festividades potenciaram de tração nos órgãos de comunicação social quer nacionais, quer regionais, quer em blogs, artigos de opinião, redes sociais e não só. Quem teve oportunidade de visitar a feira durante os dois últimos fins de semana pôde comprovar os fluxos de visitantes e a vista de vários visitantes oriundos da vizinha Espanha. Quem teve oportunidade de visitar o Natal em Castelo Branco, apercebeu-se o quanto as dinâmicas aqui criadas têm impacto na promoção do nosso comércio tradicional, na economia e no potencial turístico, não só da cidade, mas de toda a região.

E é importante que me refira a este evento não apenas na sua capacidade de potenciar a marca Castelo Branco para além das nossas limítrofes regionais, refiro-me a ele na sua capacidade de inovar e renovar. Não importa a cor, o título ou o espaço. Castelo Branco veste-se de Natal. E é natal na ascensão máxima de proporcionar um verdadeiro espírito natalício a todos os habitantes e visitantes, com espaços privilegiados para bons momentos em família, proporcionado quer através do Mercadinho de Natal, o presépio de Natal das Escolas e Associações, a exposição de Construção com Peças de Lego, exposição de Pais Natais, ateliers, atuações musicais e animações itinerantes, aldeia encantada do Pai Natal, comboio, peças de teatro, espetáculos musicais, e não menos importante, o concurso de montras de Natal. E espero não me esquecer de nada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E, por último, referir-me a ele para além daquilo que tantas vezes é invisível aos nossos olhos: a sua capacidade de nos unir a todas e a todos numa cidade que a todos nos acolhe e que a todos nos pertence. Foi um enorme gosto que enquanto albicastrense, pude conviver e rever tantas e tantos conterrâneos. Sendo verdade que o espírito natalício é vivido e sentido por cada um de nós de forma diferente, também é certo que os reencontros de amigos, de conhecidos, o encontrar sorrisos e momentos de alegria, pode servir de pouco para alguns e valer de tanto para muitos. Por isso é indubitável considerar que o custo-benefício do impacto social gerado por investimentos que potenciam o bem social da nossa comunidade como um todo, será sempre largamente positivo.

Num segundo aspeto, gostaria de sinteticamente frisar alguns pontos sobre aquilo que tem sido a atividade municipal destes últimos quatro meses, mas antes disso enaltecer o cuidado deste executivo em fornecer informação detalhada através de um relatório das atividades, facultado a todos os membros desta Assembleia. Reconheço a Vossa transparência, a vossa capacidade de trabalho em tantas frentes, o vosso rigor e a vossa manifesta vontade em prestar contas, num trabalho tantas vezes transparente.

E porque as ações valem mais do que “uma mão cheia de nada” e de discursos vazios de contributos válidos, não posso deixar de referir

- as mais de 40 atividades turísticas dinamizadas nestes últimos 4 meses, onde se incluem as várias feiras e iniciativas dinamizadas nas freguesias do nosso concelho e o exemplo do passeio a bordo do comboio vintage e o Festival Literário;

- o compromisso em assegurar e prestar um serviço de qualidade através da Escola a Tempo Inteiro;

- as mais de 50 atividades dinamizadas junto da comunidade escolar através dos Serviços de Educação e do projeto Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso escolar PIICIE e onde se inclui o ATL das férias de Natal;

- as várias atividades educativas dinamizadas na Quinta do Chinco que envolveram mais de 550 crianças do nosso concelho;

- a aposta na digitalização do acervo da Biblioteca Municipal de Castelo Branco;

- a aposta na conclusão do Caderno de Especificações para a Certificação do Bordado de Castelo Branco;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- a iniciativa da candidatura de Castelo Branco à Rede de Cidades Criativas da UNESCO, na categoria de Artesanato e Artes Populares - Bordado de Castelo Branco.

Não obstante, e para finalizar, não posso deixar de referir algum do trabalho dinamizado pelas estruturas assentes na estratégica coletiva do Município, o CATAA Lab, o CEI e o Inovcluster.

No seu conjunto estas três entidades gerem mais de 20 projetos europeus, submeteram 7 projetos ao PRR e receberam a aprovação recente de mais 1 candidatura PRR;

O CEI prestou apoio a mais de 28 empresas e recebeu nos últimos 3 meses, 15 novas inscrições;

O CATAA prestou serviço laboratorial a mais de 38 empresas e empresários do setor agroalimentar, sendo a sua maioria do concelho de Castelo Branco e esteve nestes últimos 4 meses, envolvido na criação de mais 26 novos produtos;

O InovCluster dinamizou um evento dedicado ao setor agroalimentar que envolveu mais de 300 participantes e oradores no conjunto dos seus 3 dias, promoveu os produtos agroalimentares da região em 4 eventos internacionais, organizou a participação de PME's em 2 feiras internacionais; organizou uma missão empresarial ao Canadá, e não menos importante, lançou e promoveu a Marca Queijos Centro de Portugal de Norte a Sul do País, uma iniciativa que promoveu o nome Inovcluster e gerou até ao momento, mais de 70 notícias nos vários órgãos de comunicação social de todo o país.

Por tudo isto, o meu reconhecimento por tantas frentes e apostas ganhas, pese embora o trabalho não se aproximar de estar completo, sei que novos e grandes desafios se aproximam com a chegada de 2023 e que disso é visível o orçamento aqui hoje discutido.

Não sabendo se voltarei ou não a usar da palavra, desejo-vos já a todas e a todos, um Santo e Feliz Natal e um excelente 2023.

Bem hajam.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI) – Acerca de um ano atrás, nesta Assembleia Municipal, desejamos um bom ano de 2022 a todos. Foi particularmente um ano duro para todos, com a taxa de inflação a subir, quando todos nunca estaríamos convencidos que isso poderia acontecer, com famílias a ter problemas gravíssimos naquilo que é a sua vida quotidiana e com as instituições também onde se incluía a Câmara Municipal de Castelo Branco a ter que responder a essas mesmas necessidades da comunidade albicastrense.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Por outro lado, tivemos três ameaças no ano de 2022, a questão da maternidade de Castelo Branco e digamos dos cuidados de Saúde que já aqui foi hoje referida por outros intervenientes. A questão do IC31 que continua a estar na nossa cabeça, designadamente, quanto ao perfil que vai ser usado na sua construção. Não defendemos uma pista, mas defendemos como todos sabem o perfil de autoestrada e não queremos aqui entrar numa narrativa daquilo que poderão ser duas, três, quatro ou cinco faixas em perfil de autoestrada com tudo o que isso representa. E também recentemente com aquilo que pode ser, enfim, a proposta que está em cima da mesa da Direção Regional de Pescas e Agricultura do Centro deixar de estar em Castelo Branco. Estas foram ameaças do ano de 2022, ano em que pensávamos que as coisas iriam correr bem, mas, de facto, foi um ano extremamente difícil e duro também para nós aqui.

Da parte do S-MI, venceu sempre a honestidade, o bom senso e a postura. Penso que posso dizer que todos vós também, esteve sempre presente essa postura honesta perante aquilo que é o desejo de todos os albicastrenses.

O que desejo para o ano de 2023, independentemente dos debates políticos que aqui, naturalmente, vamos travar e que desejo que seja com toda a honestidade, com toda a clareza, educação, bom senso, da nossa parte é com isso que podem contar.

Desejo que estas ameaças para 2023, de facto, não se concretizem e convoco-os a todos para em conjunto, como já aqui foi referido, possamos trabalhar nesse sentido a bem de Castelo Branco.

Viva Castelo Branco, Boas Festas a todos e um bom Natal com a família, fraternidade num tempo em que é difícil para alguns festejarem o Natal, mas felizmente ainda podemos fazer.

Senhor Presidente da Câmara um feliz Natal para si e família.

Senhor da Assembleia Municipal que representa toda esta comunidade, desse-lhe a si e à sua família umas Boas Festas e um Próspero Ano Novo.

José António Afonso Dâmaso (Presidente da Junta de Freguesia de Lardosa) – A minha intervenção deve-se, exclusivamente, a um agradecimento à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, pela ajuda e colaboração que deram à Freguesia de Lardosa na organização da Feira do Feijão Frade que este ano, superou todas as expectativas tanto em números de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

participantes, como em número de visitantes. Foi sem margem para dúvidas a melhor das 15 edições já realizadas. Posso dizer, que o retorno foi superior ao investimento em todas as frentes.

No final da Feira os comentários dos feirantes mostraram com a satisfação a jornada ganha.

Obrigado Senhor Presidente da Câmara Municipal, para o ano temos que fazer também o melhor.

Desejo a todos um Feliz Natal.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM) – Queria apenas, a propósito da intervenção do Deputado Municipal, Paulo Almeida, referir de facto que o Presidente do PSD, Luís Montenegro teve no Distrito de Castelo Branco na passada semana, comprometeu-se a percorrer todos os meses durante uma semana os vários Distritos de Portugal, incluindo a Madeira e Açores e também algumas das regiões autónomas espalhadas pelo mundo.

De facto, aqui em Castelo Branco, tivemos oportunidade de visitar diversas instituições, empresários, pessoas que fazem todos os dias algo acontecer que de facto fazem o país andar para a frente. A nossa preocupação foi muito clara, conhecer os problemas da região, e também do concelho de Castelo Branco para podermos detetar alternativas de forma mais informada e, por outro lado, conhecer os exemplos porque os há, para podermos replicá-los em outros pontos do país. Isso é obviamente importante.

Como referiu, houve de facto, um encontro entre o Presidente, Luís Montenegro e a Comunicação Social, teve a oportunidade de se referir ao processo de descentralização. Quero-o tranquilizar porque o PSD é absolutamente favorável à descentralização do Estado.

Aquilo que PSD teve oportunidade de referir para que não haja dúvidas, mas isto está também descrito na notícia do Jornal Reconquista, justamente na edição que aqui trouxe, é que quando o Estado quer descentralizar competências para as autarquias, deve fazer acompanhar essa descentralização de responsabilidades, justamente com um pacote financeiro que permita as autarquias, pegar nestas competências e executá-las com maior diligência e com a maior qualidade porque não podemos dar esse encargo às autarquias e não transferir o dinheiro que corresponde há execução dessas mesmas competências. Isso ficou bem claro. E, portanto, a nossa preocupação é essa, isso é positivo, creio eu, para a autarquia de Castelo Branco, mas também para todas as outras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

autarquias do país, para que possam executar novas competências com maior responsabilidade e seriedade, isso é competência do Estado e o Presidente do PSD deixou isso bem claro.

Quero também aproveitar para terminar, deixando, obviamente, uma palavra de Boas Festas a todos os presentes que deixo na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara e também a todos os Deputados desta Assembleia Municipal e a todos os Municípes que nos acompanham, presencialmente, umas Boas Festas, um Feliz e Santo Natal para todos e um bom ano de 2023.

Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho (PS) - Como é do conhecimento de todos, foi publicado a 14 de dezembro no Diário da República o diploma que determina “a transferência, a partilha e a articulação das atribuições dos serviços periféricos da administração do Estado nas comissões de coordenação e desenvolvimento regional” (CCDR’s).

Este diploma consubstancia uma reforma inscrita no programa do Governo, que quer aprofundar a descentralização, melhorar a democracia e os serviços públicos de diversas áreas, em particular na área da agricultura e pescas que é o tema que hoje aqui quero destacar.

Neste âmbito, foram várias as organizações do setor agrícola que criticaram a reforma anunciada pelo Governo, baseadas no receio que esta extinga as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), causando o afastamento dos serviços do território.

Em 1º Lugar - Não somos alheios e partilhamos as mesmas preocupações.

Em 2º Lugar - não escamoteamos as dúvidas que suscita um diploma cuja substância não foi discutida nem partilhada com os dirigentes dos territórios nas quais as DRAP se encontram sediadas, tão pouco com os dirigentes políticos.

Para que fique muito claro, desenganam-se todos aqueles que possam considerar ou magicar que o PS de C. Branco e os seus representantes eleitos nesta Assembleia Municipal ou no Executivo deixarão de estar atentos e vigilantes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Que não fiquem dúvidas que estaremos frontal e inequivocamente contra qualquer esvaziamento de recursos humanos ou competências deste serviço sediado no nosso território, que escolhemos para ter futuro.

Para memória futura sublinho os esclarecimentos e garantias nas palavras da ministra da Agricultura e cito diversas declarações:

...as Direções Regionais de Agricultura “não vão ser extintas”, no âmbito da transferência de competências para as CCDR...“As DRAP passarão a estar exatamente nos locais onde estão atualmente... ou ainda

... ninguém vai concentrar no Porto ou em Évora ou em Coimbra ou em Lisboa ou em Faro as direções regionais. Aquilo que vamos fazer é manter a estrutura tal qual está, mas o senhor diretor vai passar a integrar o órgão da comissão de coordenação para haver articulação de políticas”... (fim de citação)

O PS sempre se assumiu como um partido reformista, mas fiel aos seus princípios. Fez uma grande reforma com a fundação do Serviço Nacional de Saúde, com a criação do Rendimento Social de Inserção ou com a generalização do ensino pré-escolar, entre outros.

No que se refere a esta reforma, A decisão política esta tomada: é um facto.

Confiamos que os deputados eleitos pelo PS em Castelo Branco e em particular os que daqui assumiram responsabilidades governativas sabem honrar o compromisso e a confiança do voto que se traduziu naquele que foi o melhor resultado eleitoral do PS no território nacional.

Termino desejando a todos umas Boas Festas e um Ano de 2023 cheio de Paz

José Alberto Moreira Duarte (PSD/CDS/PPM) – A moção já foi distribuída a todas as bancadas, então para ganhar os três minutos, a nossa moção vai ao encontro da intervenção da Senhora Deputada Carla Massano, parece que combinamos. O que é que defendemos nesta situação? É que a DRAPC possa retornar a Castelo Branco na situação que está.

Vou passar a ler a moção:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Moção A

Pela não extinção da DRAPC centro

“A resolução do Conselho de Ministros n.º 123/22, publicada no passado dia catorze do corrente determinou, entre outros, a transferência das atribuições das Direções Regionais de Agricultura e Pescas para as CCDR. Para o efeito determina igualmente que esta transferência inclui recursos humanos, patrimoniais e financeiros.

Será portanto, extinta a DRAP Centro, que tinha a sua sede em Castelo Branco desde 2006, ano em que foi constituída (Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de outubro) por extinção de 2 Direções Regionais a da Beira Interior (ex-DRABI que já tinha sede em Castelo Branco) e a da Beira Litoral (ex-DRABL com sede em Coimbra).

Importa salientar que no quadro legal existente até ao passado dia catorze:

- A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, tinha por missão participar na formulação e execução das políticas nas áreas da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas;

E que

- em termos funcionais, a DRAPC era um serviço desconcentrado do Ministério da Agricultura e Alimentação, cujo, Diretor articulava diretamente com a tutela (Ministra e/ou Secretário de Estado);

E que

- na região, exercia as suas atribuições de apoio ao sector, num alargado leque de atividades, em estreita articulação com os organismos centrais (Direções Gerais, Institutos, Agências e Autoridades de Gestão para os Fundos Comunitários da Agricultura e das Pescas), e regionais.

Era, portanto, um serviço descentralizado do Ministério da Agricultura, de apoio ao sector primário desempenhando, ao nível regional e local, um papel fundamental na diversificação económica territorial, na criação de emprego e na proteção ambiental.

Acresce que a DRAP Centro tem vindo a rejuvenescer e reforçar o seu corpo técnico que possui uma vasta experiência e forte ligação ao terreno, capaz de em articulação com as organizações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

agrícolas apoiar agricultores num vasto leque de valências fundamentais para o exercício atividade agrícola.

Assim, entendem os eleitos pela coligação PSD/CDS/PPM desta Assembleia que o desmantelamento da DRAP Centro em Castelo Branco constitui numa perda económica, de competências e de influencia política para esta região do interior já de si tão despovoada, pelo que se vem propor a esta Assembleia que o Município de Castelo Branco, nas pessoas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente desta Assembleia solicitem ao Governo que pondere a reversão da decisão de transferência das atribuições da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, para a CCDRC.”

Aproveitando o tempo, infelizmente, tenho muita experiência nestas coisas que muitos dos que aqui estão não conhecem e vou referir o seguinte.

Há vinte anos atrás, quando cheguei à Coordenação Educativa de Castelo Branco, quinze dias depois, tive uma reunião com o Senhor Ministro e decorrente do pedido ao Governo, Dr. António Guterres deveriam ser encerrados os Centro de Área Educativa que existiam em Portugal. O nosso Secretário de Estado alinhado com essa situação, na altura, comunicou o seguinte “ se tudo correr bem, daqui a um ano, não há cá nenhum de nós”, “se não correr bem vamos ter que continuar com os Centros”. Eu interpelei e disse “se é para ir embora daqui a um ano, então meu amigo, fique cá que vou já agora”. E aquilo que consegui, entre aspas, foi que os tempos da Área Educativa, se mantiveram durante esse Governo todo e ainda, se passou para o Governo seguinte, com a diferença que o Governo seguinte, mal chegou, acabou logo com o Centro de Área Educativa.

Quando as DREC, foram também exterminadas pelo Governo do PS, Engº. Sócrates, também aí fui confrontado com a mesma situação, a primeira reunião que tive foi que as DREC também iam acabar. Tive a felicidade de participar nesse processo e foi constituída uma Direção Geral, de grandes responsabilidades, estive sempre presente em todas as situações. Portanto, para mim esta situação não é nova.

As maternidades já há mais de 15 anos, fiz parte da Comissão da Defesa das Maternidades e conseguimos sempre que cá ficasse em Castelo Branco.

Lamento que cada vez que andamos nisto é exatamente fechar, fechar e fechar. Temos uma vantagem, qualquer dia não fechamos, não temos nada, então não fechamos nada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Desejo a todos umas Boas Festas.

Maria Cristina Vicente Pires Granada (PS) - Vou ler a moção:

Moção B

Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e de a promover

“Nos últimos tempos temos assistido a uma crescente preocupação relacionada com o eventual encerramento de serviços na Unidade Local de Saúde de Castelo Branco (ULSCB).

Tal como o passado nos ensina, a problemática associada, particularmente, à maternidade do Hospital Amato Lusitano não é nova.

Por diversas vezes, e em vários momentos, nas últimas duas décadas este assunto mereceu a atenção das comunidades, dos seus eleitos e das respetivas administrações hospitalares.

É premente que a ULSCB, através da sua administração, assuma uma visão de futuro para a saúde na região. Não podemos acomodar-nos. Exige-se proatividade e eficiência na captação e na estabilidade de recursos humanos qualificados e especializados.

O Partido Socialista, ao longo de décadas, tem apoiado e continuará a apoiar a ULSCB em todos os momentos.

Apesar de ainda se estar, supostamente, na fase de construção do estudo, o Partido Socialista posicionam-se, como o fez no passado em múltiplas ocasiões, e reafirma como é pública, a sua discordância absoluta com um cenário hipotético de encerramento da maternidade ou de diminuição do número de serviços.

O Partido Socialista entende, pelo contrário, que é urgente fomentar a coesão territorial criando para o efeito políticas públicas de saúde que permitam tornar mais atrativas estas instituições, que possibilitem a fixação de mais profissionais¹⁵⁹ e, assim alcancem a centralidade que desejam e merecem todos os Albicastrenses.

Como afirmava António Arnaut, um dos fundadores do Serviço Nacional de Saúde, “não é justo que as pessoas sofram e morram por falta de assistência médica (...).”

Esta é uma luta que deve ser de todos, com todos em nome de Castelo Branco!

Para o efeito propomos o envio da presente moção a sua Exa. o Senhor Presidente da República Portuguesa e Sua Exa. o Senhor Primeiro Ministro do Governo de Portugal, com conhecimento ao Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ministro da Saúde do Centro e à Unidade Local de saúde de Castelo Branco.

Moção do PS, subscrita pelos Grupos Municipais do S-MI, PSD/CDS/PPM, CHEGA e MPT.

Moção aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 22 de dezembro de 2022.”

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) – Desde já, queria tecer algumas considerações sobre as intervenções que me antecederam e queria começar por dizer ao Senhor Deputado do MPT é que a obra não se faz num ano.

O desenvolvimento dos objetivos não se faz num ano, queria ver, qual é que seria a autarquia que desenvolvesse tudo num prazo de um ano. Ainda por cima com as contingências económicas e não só, que o país e o mundo atravessam. Quem é que num ano executa tudo? É muito difícil e ainda estou para verificar qual é que seja, por assim dizer, quem tenha capacidade de num ano fazer tudo. Não conheço ninguém que num ano faça tudo e, aliás, é muito fácil na oposição. É muito fácil estar na oposição porque se critica, mas quando, se está no Governo, aí é que é a prova dos nove, aí é que vemos quem executa e quem não executa. Aí é que vemos quem é que tem, por assim dizer, condicionantes e quem é que executa livremente as suas tarefas, se calhar, aí o discurso muda. Por isso mesmo é que há muitas vezes partidos do arco da governação e outros que não são do arco da governação. Não se atende ao trabalho invisível, só se atende muitas vezes ao trabalho visível.

Vou passar a ler o voto de pesar:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Maria Manuel Viana

Faleceu no passado dia 12 de dezembro, Maria Manuel Viana.

Maria Manuel Viana, nasceu na Figueira da Foz em 1955, destacou-se como professora no ensino secundário, como escritora de romances, como tradutora de obras literárias.

Adotou a cidade de Castelo Branco como sua, aqui viveu durante mais de vinte anos.

Foi uma mulher de causa, como a educação, a cultura e a igualdade. As quais abraçou, dedicando-se às mesmas com afinco e excelência ao longo da sua vida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em Castelo Branco, foi Presidente da Comissão Distrital de Proteção de Menores, Coordenadora do Gabinete para a Igualdade, Contra a Violência sobre Mulheres e Crianças, e Coordenadora do Centro de Área Educativa.

Foi militante do Partido Socialista, candidata pelo PS à Assembleia da República e Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Assim, reunida em sessão ordinária no dia 22 de dezembro de 2022, a Assembleia Municipal de Castelo Branco expressa o seu profundo pesar pelo falecimento de Maria Manuel Viana, endereçando as suas sentidas condolências à sua Família e amigos.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Antes de mais, quero fazer uma notas às moções aqui apresentadas. Como sabem o CHEGA fez vários eventos aqui no nosso concelho, na semana passada, o Conselho Nacional e o Jantar de Natal e fiz questão de frisar junto das pessoas que são do meu partido, mas com vocês também, não somos nós que estamos no interior, eles é que estão muito no litoral, em Lisboa e no Porto, mas nós é que estamos perto da Europa.

Penso que as moções vão neste sentido e o CHEGA votará a favor.

Ouvi aqui o Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes muito irritado e a dizer que é difícil governar e, quero-lhe dizer que nunca estivemos no Governo, por isso, não nos podem acusar. Tenho aqui um ditado bem popular da nossa região que todos conhecem que é assim, “quando não aguentamos a carga, arreamos”. Se vocês não são capazes de governar o país e vemos com a carga fiscal que nunca tivemos a nível nacional, se aumenta a receita do Estado nunca foi tão grande, como é hoje, se não conseguem fazer, carregados de dinheiro, é incompetência.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI) – O S-MI não tem nada a opor em relação às moções aqui apresentadas e votaremos, favoravelmente. No entanto, notamos que no texto de ambas, numa está escrito “entendem os eleitos da coligação do PSD/CDS/PPM” e na outra “o PS”. O que propúnhamos que fosse alterado, “entendem os membros da Assembleia Municipal”, sendo esta moção aprovada nesta Assembleia Municipal e contarão com os votos do S-MI.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – Neste caso proponho que as moções sejam subscritas por todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Assembleia Municipal – Foi aceite a proposta de alteração por parte do S-MI, vamos passar à votação:

Moção A

Pela não extinção da DRAPC centro

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva moção.

Moção B

Todos têm direito à proteção da Saúde e o dever de a defender e de a promover

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva moção.

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Maria Manuel Viana

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o respetivo voto de pesar.

A Assembleia Municipal, procedeu a 1 minuto de silêncio em memória de Maria Manuel Viana.

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à questão do Senhor Deputado João Ribeiro, do CHEGA que colocou sobre a bandeira nacional no castelo, ainda não está conforme se constata ainda não foi colocada, mas vamos ver quando é que os serviços têm condições para o fazer.

O pagamento das refeições, de facto, ainda não está a ser feito. Posso dizer que tivemos 960 candidaturas para pagamento de refeições e tivemos 265 candidaturas de pagamento de creches. Devido ao elevado número de candidaturas e a todo o processo de registo de identificação e ao mesmo tempo da organização dos processos, já começamos a fazer o pagamento das creches que é mais significativo e já foram informados os pais e encarregados de educação que o processo está em conformidade com aquilo que está previsto no regulamento e contamos em breve fazer o pagamento das refeições.

Quanto aos acampamentos de estrangeiros, temos estado a fazer um trabalho. Não está aqui hoje a Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Sarzedas, mas em conjunto com os bombeiros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

e também com a GNR, tem vindo a ser feito um trabalho e identificação dos estrangeiros e também nas outras freguesias para termos a identificação do local onde esses estrangeiros estão sediados. É um aspeto importante que aqui coloca, até porque pode ter consequências nefastas no caso dos incêndios florestais e sabemos que algumas das pseudo instalações desses estrangeiros não têm uma faixa de segurança próxima dos locais onde habitam. São novas formas de viver e de estar, são também novas formas de fugir ao reboliço, diria dos grandes centros urbanos com os quais temos que conviver, mas que também concordo consigo que devem estar identificados e organizados

Quanto ao Membro do MPT, surpreende-me. Surpreende-me porque até dá ideia que não vive em Castelo Branco. Ao ouvir o Dr. António Fonseca, ficamos a pensar que não é, de facto, um cidadão de Castelo Branco. Aquilo que esperava, Senhor Deputado, era que o Senhor fizesse um balanço daquilo que correu mal, naturalmente, mas que tivesse a coragem de aqui afirmar “aquilo correu bem”.

A Senhora Deputada Christelle Domingos, já aqui fez uma breve resenha das muitas intervenções da Câmara Municipal, também já foi feito por outros Deputados Municipais e, sinceramente, achava que o Senhor viesse a reconhecer a importância do pagamento das refeições no pré-escolar e 1º. Ciclo. Viesse a reconhecer a importância do pagamento de 150 euros por criança que frequenta as creches e que não está abrangido pela isenção da Segurança Social e viesse a reconhecer

a importância da contratação de sessenta e sete técnicos que garantem a escola a tempo inteiro.

Pensava Senhor Deputado, que o Senhor viesse aqui falar sobre o plano para a igualdade desenvolvido e apresentado há pouco tempo e que é também um passo, no âmbito, da promoção da igualdade e na reflexão acerca dos temas da igualdade.

Esperava Senhor Deputado que viesse aqui fazer um elogio aos Serviços Municipalizados, à Câmara Municipal e às Forças de Segurança que durante os últimos quinze dias, tiveram um trabalho exemplar na prevenção de acidentes no concelho de Castelo Branco. Esperava Senhor Deputado, que o Senhor tivesse algum conhecimento daquilo que existe em Castelo Branco, daquilo que se faz em Castelo Branco e da promoção e do trabalho abnegado dos trabalhadores da Câmara Municipal, do Executivo da Câmara Municipal e também temos que reconhecer dos Membros da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Assembleia que com as suas intervenções contribuem para a melhoria do desempenho do Executivo Municipal.

Esperava Senhor Deputado que viesse aqui, elogiar uma medida extraordinária de coesão territorial que é o transporte flexível que está a funcionar nas nossas freguesias e que aproxima aqueles que estão mais distantes, mais isolados, aqueles que têm menos meios, da possibilidade de terem transporte para sede de concelho ou transporte para as outras áreas servidas pelo transporte flexível – MOBICAB.

Esperava Senhor Deputado que viesse aqui falar sobre a importância da candidatura de Castelo Branco às Cidades Criativas da Unesco numa promoção sem igual do bordado de Castelo Branco e daquilo que pode representar enquanto produto cultural, produto económico e também produto de valorização das nossas tradições, mas ao mesmo tempo, também produtor da atividade profissional. Ao que parece Senhor Deputado, só apenas para lhe dar alguns exemplos, das muitas intervenções deste Executivo Municipal, ao que parece o Senhor Deputado está distraído.

Está distraído, relativamente, ao que se passa à sua volta e ainda, àquilo que são as nossas muitas realizações.

Tem razão quando fala na zona histórica, quando diz que existem muitos edifícios devolutos e muitos edifícios em mau estado de conservação. Foi por isso mesmo, Senhor Deputado, que o PS, durante a campanha eleitoral e ainda não deixou de o fazer, teve um enfoque muito especial na zona histórica, não apenas porque ficava bem falar desse assunto na campanha eleitoral. Fizemo-lo com a convicção de que precisamos de intervir neste espaço, precisamos de melhorar e de transformar a zona histórica num espaço de atratividade para novas pessoas, mas também num espaço de promoção de coesão territorial e ao mesmo tempo de valorização daquilo que é a nossa cidade e as dinâmicas da nossa cidade e a habitabilidade da nossa cidade.

Depois quanto à questão do Senhor Deputado, Miguel Barroso, relativamente, ao Serviço de genecologia/obstetrícia. Agora mesmo devia estar a fala para a TSF porque fui convidado para participar num fórum sobre as maternidades. Tive oportunidade, em diferentes momentos, me pronunciar publicamente, relativamente, às maternidades e há importância das maternidades e quanto à importância da maternidade do nosso Hospital Amato Lusitano. Participei num dos fóruns



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

da TSF, precisamente sobre este tema, falei em vários meios de Comunicação Social Nacionais e Locais e também em sede de Executivo. E, aquilo que tenho dito sempre Senhor Deputado, é que o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco defenderá sempre intransigentemente os interesses de Castelo Branco e dos albicastrenses. Foi isso que disse em diferentes momentos e foi isso que disse ao Senhor Diretor do Serviço Nacional de Saúde, quando da última visita que fez à ULS de Castelo Branco. Tive oportunidade de conversar com ele e dizer aquela que é a posição do Município de Castelo Branco, relativamente, à maternidade e há sua continuidade e tive, nessa altura, a garantia que o Governo não tomará nenhuma medida, relativamente, às maternidades sem conversar com os autarcas e com as forças vivas da nossa cidade. Aproveito este momento para informar que é nossa intenção, intenção do Executivo Municipal, no início do próximo ano promover aqui no Salão Nobre uma Assembleia Extraordinária com abertura à participação cívica da população para discutir, precisamente, a maternidade e os Serviços de Saúde, na ULS de Castelo Branco que tanto nos interessa, valoriza o nosso território e tão importante é para as pessoas que aqui vivem.

Por isso Senhor Deputado, estamos ativos, vigilantes e intervenientes.

Relativamente, à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal do Campo, tenho que lhe dar os parabéns pela intervenção que aqui fez, mas quero-lhe dar aqui os parabéns pela forma como articulou com a Câmara Municipal e também com o turismo de Portugal, o contacto que teve com um investidor que se mostra disponível para fazer a sua intervenção no Colégio de S. Fiel. Tivemos o grande prazer de aqui receber no Salão Nobre, o Senhor Secretário de Estado do Turismo de Comércio, veio lançar juntamente com o Senhor Vice-Presidente do Turismo de Portugal e também com o Senhor Presidente do Turismo do Centro um novo programa para o Colégio de S. Fiel e um novo projeto “Revive”. Acreditamos que o investidor que mostrou o interesse em investir, em S. Fiel, tenha interesse e leve por diante aquele que é o seu projeto. Desenhamos um novo projeto, está em vigor o novo concurso e, sinceramente, Senhor Presidente, devo-lhe dizer que foi com muita preocupação que fiz a visita nesse mesmo dia a S. Fiel e verifiquei o estado cada vez mais avançado de degradação daquele imóvel. Esperamos, como o Senhor espera também que se concretize essa intervenção e que valorize S. Fiel, o Louriçal do Campo e valorize o concelho de Castelo Branco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Refiro também e muito bem o aumento de 25% no turismo na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. É lógico que esse aumento de 25% que foi o maior a nível nacional, como disse aqui o Senhor Presidente do Turismo do Centro é o reflexo de um trabalho que tem vindo a ser feito também pela Câmara Municipal, pelos operadores privados na promoção do território,

na valorização deste mesmo território e na procura de trazermos pessoas para visitas que venham aqui deixar alguns dos seus recursos e deixar aqui alguma da sua riqueza.

O concurso para o combate às plantas invasoras, nomeadamente, as acácias, está numa fase avançada de concretização e esperamos intervir no princípio do ano, tendo presente, consciência que esta não é uma intervenção fácil, é de facto um processo que será longo e difícil, mas que pretendemos pelo menos minorar aquilo que é o efeito nefasto das acácias na Serra da Gardunha.

Já me referi à intervenção da Senhora Deputada, Cristina Granada e de forma indireta, de facto, temos esta postura e atitude, perante aquilo que são as Maternidades e é nesse sentido, como disse, promoveremos um debate aqui na Assembleia Municipal, aberto à sociedade civil de modo a que este assunto possa ser discutido, avaliado e Castelo Branco possa em conjunto, tomar uma posição que deve ser uma posição de apoio ao reforço da nossa ULS. Mas, também temos que refletir e temos que olhar para o passado e temos que perceber, claramente que o problema da ULS, não é um problema de hoje. O problema da ULS e as várias problemáticas associadas às mesmas, é algo que vem de há muito tempo e que se foi complicando, agravando e que a verdade também, seja dita, não é um problema apenas da maternidade de Castelo Branco, ou da ULS, é um problema nacional.

Há pelo menos uma coisa que queria aqui realçar que é, o facto, ao longo deste período, na fase final mais crítica, em que muitas maternidades fecharam em Lisboa, no Porto e em Braga. É certo que a Maternidade de Castelo Branco manteve o seu funcionamento de forma continuada,

também é um aspeto importante que convém realçar e foi também uma das áreas da conversa que tive com o Dr. Fernando, na visita à ULS, fazendo-lhe também compreender que tendo apenas uma ULS, um obstetra no ativo, ainda assim, fez um esforço, no sentido, de garantir este trabalho, o funcionamento da maternidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Queria ainda acrescentar, o facto, de terem que ser os albicastrenses também a valorizar a maternidade. Eu tenho dois filhos que já nasceram a alguns anos e, ambos, nasceram na ULS de Castelo Branco, na Maternidade de Castelo Branco. Podiam ter nascido em outro hospital, mas foi minha opção e da minha esposa que ambos nascessem em Castelo Branco e aqui tivessem a sua naturalidade.

Quanto à intervenção de Senhor Deputado, Paulo Almeida, é óbvio que não tenho que comentar as declarações dos dirigentes nacionais, dos partidos acerca das suas convicções e avaliações da situação, mas tenho, naturalmente, dizer que somos partidários e concordantes com a transferência de competências, dentro daquilo que sejam as possibilidades dos Executivos Municipais para as concretizar.

Já tivemos a transferência de competências, uma transferência de competências que fica muito cara ao Executivo, o valor transferido pelo Estado, na área da Educação é claramente insuficiente, relativamente, aos gastos com a mesma, mas não é por isso que desistimos da Educação e de apoiar a Educação. Temos que reivindicar junto do Estado, um reforço das verbas associadas a esta área de intervenção de modo que o Estado assuma as suas obrigações no sentido de fazer valer, ou de dar condições ao Município para levar por diante.

Senhor Deputado, a transferência de competências na área da ação social, a Câmara Municipal não fez mais, nem menos, do que fazem a generalidade dos Municípios, a nível nacional, aceitar a delegação competências na área da ação social. Fizemo-lo numa fase muito adiantada do processo, estava previsto que a delegação de competências na área da ação social, tivesse lugar no dia 31 de dezembro de 2022, ou a partir desta data. Quando analisámos os documentos que nos foram endereçados pelo Senhor Diretor da Segurança Social, mas também pelos documentos nacionais que reportam os valores dessa transferência de competências, verificamos que esses valores seriam insuficientes para aquilo que nos estava a ser pedido, e por essa mesma razão, nós e os Municípios a nível nacional, não aceitamos de imediato a transferência de competências. Em articulação com a ANMP exigimos mais verbas e mais condições e foi esse processo que decorreu praticamente até meados de dezembro, um processo em que a ANMP liderada pelo Senhora Presidente Luisa Salgueiro, representou os Municípios na exigência desses valores e por essa razão, efetivamente, o processo de contratação de técnicos em Castelo Branco como em muitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Municípios, atrasou. Não iríamos contratar técnicos, não iríamos desenvolver este procedimento sem ter a certeza que aquilo que era transferido para o Município era pelo menos equilibrado, relativamente, àquilo que seriam as despesas associadas a este processo.

Manifestamos, quando tivemos conhecimento daquilo que seriam os valores, informamos a Sta. Casa da Misericórdia de Castelo Branco que pretendíamos assumir esta transferência de competências, entretanto, foi decidido pelo Governo, pelo Ministério da Segurança Social que a transferência de competências se iria operacionalizar a partir do dia 1 de abril. Conversamos com o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco do dia 1 de abril que rescindiu unilateralmente o contrato que tinha com a Segurança Social. Portanto, foi o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco que legitimamente, disse não pretendia continuar com o serviço de SAS até ao dia 1 de abril.

Vamos lá ver, foi uma decisão unilateral, mas isto, não trás nenhum problema ao contrário do que o Senhor Deputado teme, não há qui problema absolutamente nenhum. A Segurança Social assume os Serviços do SAS e no dia em que a Câmara Municipal tiver condições para o fazer de uma forma sustentada, fá-lo-emos sem problemas e com inteira tranquilidade.

Refere, o prémio recebido pela Escuderia de Castelo Branco que também felicito, orgulha a Escuderia e orgulha Castelo Branco e é um exemplo, Senhor Deputado do MPT, das tantas coisas boas que se fazem em Castelo Branco.

Senhor Deputado, Daniel Almeida, do PS, faz aqui também uma referência àquilo que tem sido o desempenho do trabalho do Executivo ao longo do ano de 2022. De facto, caro Deputado, todos os dias, muitas horas por dia para concretizar aqueles que são os compromissos e aqueles que são os compromissos e as ambições de Castelo Branco. Referiu e muito bem um conjunto de áreas de intervenção que são fundamentais e que revelam o trabalho realizado pelo Município.

Relativamente, à Senhor Deputada Ana Cristina Lourenço, pensava Senhora Deputada que viesse aqui novamente reclamar pelo facto de fecharmos a Avenida N'Alvares. No ano passado, foi esse o seu foco, “está tudo mal, é um erro fechar a Avenida Nuno Álvares, causa constrangimentos, causa mau estar e causa dificuldades às pessoas”. Verificou-se o ano passado e verifica-se também este ano que a localização do Mercadinho de Natal foi bem aceite pelos comerciantes, pelas pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

e está a ser vivida e muito participada pelos albicastrenses, não só pelos Albicastrenses e pelas muitas pessoas que vêm de Castelo Branco e de outras zonas do país e também do estrangeiro para fazerem compras no Natal em Castelo Branco e para aqui também se divertirem. Temos tido vários apelos por parte dos comerciantes para o facto, de nos sensibilizar para que o Mercadinho de Natal feche mais tarde, há vontade deles, se calhar, o Mercadinho de Natal estaria aberto até às duas da manhã, mas temos resistido a isso, também com a preocupação de não causarmos muito barulho, muita agitação para além do que seria o período normal.

Mas, se a Senhora Deputada veio visitar o Mercadinho de Natal, verificou que é fácil gostar de Castelo Branco e é fácil gostar do Natal em Castelo Branco. Não sou eu que o digo, são as muitas pessoas que participam neste Natal em Castelo Branco que repito é fácil gostar de Castelo Branco.

Quanto ao Bordalo II, é sustentável. O Bordalo II não recebe energia da rede elétrica, concelhia, é uma instalação que tem um painel solar para o seu funcionamento que, infelizmente, avaria com muita frequência. Procuramos em cada uma dessas avarias responder de forma célere de modo a que esta obra, que é uma obra bonita e ao mesmo tempo também interessante e cativante que esteja de acordo com aquilo que foi projetado, tenha a iluminação que o artista previa.

A Senhora Deputada, Christelle Domingos, faz aqui uma intervenção muito importante, aborda não apenas aquilo que é a atividade, dinamização promovida pelo Município, mas também tem aqui um enfoque importante na área da dinamização económica e mais uma vez me reporto ao Senhor Deputado do MPT para perceber, ou se percebeu aquilo que tem sido as numerosas intervenções e ações tomadas pelo conjunto de instituições associadas a este Município, nomeadamente, na área da dinâmica económica que está muito assente nestas atividades desenvolvidas pelo Inovocluster, pelo CATAA e também pelo CEI.

O Senhor Deputado, António Fernandes, fala-nos sobre as ameaças à maternidade, ao IC31 e também às ameaças à DRAPC. Permita-me Senhor Deputado discordar, relativamente, a uma das questões. De facto, a questão da maternidade é uma ameaça acerca da qual já me referi. A questão da DRAPC foi bem abordada pela Senhor Deputada, Carla Massano, é um assunto que está em cima da mesa e está, em âmbito de discussão, defenderemos, intransigentemente, os direitos e os interesses de Castelo Branco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quanto ao IC31, desculpe-me discordar de si. O IC31 não é uma ameaça, é uma oportunidade. Ameaça era aquilo que existia antes, que nunca foi assumido pelo Governo, ou por nenhum Governo, e hoje, está em desenvolvimento o projeto para a construção do IC3. Portanto, estamos a falar de uma oportunidade que, se calhar, ainda não é aquilo que queremos que seja. Estamos a falar de uma oportunidade que ainda não vai ao encontro daquilo que são as nossas reivindicações e as nossas ambições. Agora uma coisa é certa, neste momento, está em desenvolvimento um projeto para a concretização, finalmente do IC31, e cá estamos a trabalhar todos os dias, fazer os contatos necessários e as conversas necessárias com os intervenientes e os responsáveis diretos pela concessão do IC31 para que a decisão vá ao encontro daquilo que sempre reivindicamos que é uma estrada com quatro faixas. Já afirmei em diferentes momentos, fi-lo logo no início desta discussão no artigo que publiquei no jornal nacional, sempre em intervenções do Executivo da Câmara Municipal e também em declarações públicas ou privadas, nomeadamente, com os responsáveis do Governo pela construção do IC31.

Portanto, Senhor Deputado, vejo aqui uma oportunidade para aproximar Castelo Branco de Madrid, uma oportunidade de termos um corredor diário que ainda coloque Castelo Branco numa posição mais competitiva no que diz respeito a uma centralidade económica e logística que poderá potenciar também o desenvolvimento industrial e a fixação de novas empresas. Reafirmo de forma muito clara para que não fique nenhuma dúvida, nem nesta Assembleia, nem em nenhum local que o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco cada vez que tem a oportunidade de falar sobre o IC31, reivindica o IC31 com quatro faixas que verdadeiramente responda às necessidades deste território, não desvalorizando e também tenho que ser claro, relativamente, a este assunto, termos pela primeira vez em desenvolvimento um projeto que vai ao encontro daquilo que são as nossas expectativas e as nossas ambições, mas que ainda assim, é um passo gigante, relativamente, a tudo aquilo que existia no passado.

Quanto ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lardosa, tivemos a ocasião de estar na Feira do Feijão Frade como estivemos nas várias feiras promovidas pela Câmara Municipal de Castelo Branco, em conjunto com essas mesmas freguesias ao longo do ano de 2022. Foi com muito agrado, Senhor Presidente da Junta de Freguesia que nos vários dias em que estive na Freguesia da Lardosa e, nomeadamente, na localidade da Lardosa pude constatar a forma entusiasta como as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

peessoas se apresentaram, o movimento dos diferentes vendedores e também nos restaurantes que estavam a trabalhar na feira, às vezes os muitos minutos que era necessário termos um lugar à mesa, ou também, a muita afluência aos vendedores de feijão frade e àqueles que pretendiam outros produtos aproveitando a realização daquela feira.

Relativamente, à intervenção da Senhora Deputada, Carla Massano, é realmente uma grande preocupação a questão da DRAPC e, sobretudo, no sentido, exigirmos que os postos de trabalho que existem na DRAPC se mantenham e que tenhamos aqui, como tivemos no passado e temos atualmente, a capacidade para decidir os destinos da agricultura e das pescas na região centro.

O Senhor Deputado José Alberto, veio fazer a apresentação da moção em defesa da DRAPC com a qual concordamos e como já foi informado pelos nossos Deputados do PS, votaremos favoravelmente.

Penso que são estas as questões que me foram colocadas que agradeço.

Presidente da Assembleia Municipal - Quero referir que de acordo com o Regimento, o Presidente Câmara Municipal pode intervir para efeitos de resposta, em relação a matérias visadas, não devendo as suas intervenções globalmente exceder 15 minutos. Mas, depois diz o seguinte, “salvo quando o Presidente da Assembleia considerar o número das intervenções ou complexidade do assunto, justifique o alargamento do período de intervenção”. Foi exatamente isso que aconteceu. Aquilo que o Senhor Presidente da Câmara esteve aqui a referir à semelhança do que sempre tem acontecido, nesta Assembleia Municipal, uma vez que este é um órgão fiscalizador, é aqui que o Senhor Presidente da Câmara tem oportunidade de responder a todas as questões, dúvidas e críticas que os Senhores Deputados achem por bem colocar.

E, portanto, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, achei que se justificava perfeitamente, o tempo que o Senhor Presidente esteve a exercer o seu direito de defesa, é pertinente, adequado e justo face àquilo que foi dito aqui e até numa perspetiva da prestação de contas.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI) – Eu estava exatamente a ler esse ponto 7, artigo 43, o Senhor Presidente tem toda a razão naquilo que referiu, devia era tê-lo feito antes.



— | 4 ' |

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deveria ter dito antes e o número de intervenções, há complexidade das intervenções, queria conceder mais tempo ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Não o devia ter feito à posteriori, mas sim à anterior e explicando porque é que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acha que as intervenções foram muitas e porque é que acha que houve complexidade, relativamente, às mesmas.

Presidente da Assembleia Municipal – Obviamente, com todo o respeito pela sua opinião, tenho uma opinião contrária, relativamente, a isto porque repare, o que é que poderia aqui acontecer, era ter cortado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e não tinha a oportunidade de responder às vossas questões e, legitimamente, os Senhores Deputados voltariam à carga, “O senhor Presidente não quer responder”. E, portanto, foi esse o entendimento que tive.

É importante referir que nunca houve problemas, nestes anos todos em que aqui estamos. Não sei se há aqui alguém aqui nesta sala com mais anos que eu, como autarca, nunca houve limitação de tempos aos Senhores Presidentes de Câmara para responder às questões que são colocadas no Período da Ordem do Dia.

Nunca houve e estão aqui dois Presidentes de Câmara que sabem. É obvio que o Regimento é para cumprir.

Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho (PS) – Não tenho aqui o Regimento, mas gostava que o Senhor Presidente me esclarecesse, que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara não deve exceder os 15 minutos. É “não deve” ou é “não pode”?

Presidente da Assembleia Municipal – É “não devendo, salvo quando o Presidente da Assembleia Municipal considerar que o número de intervenções que houve no Período de Antes da Ordem do Dia, ou a complexidade do assunto justifique o alargamento”.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 22/12/2022
Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira:** têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.
- c) **Situação financeira em 12/12/2022:**
- i) **Saldo de Operações Orçamentais** – €46.816.535,058
 - ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais** – €2.139,01
 - iii) **Valor em dívida em 12/12/2022** – €118.861,69
 - iv) **Outros:**
 - **CMCB** – Ver anexo I.
 - d) **Reclamações:** Nada a assinalar.
 - e) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.
 - f) **Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III.

Presidente da Câmara Municipal – De facto, por vezes fico surpreendido, esta questão que foi discutida durante largos minutos, deixa-me de facto surpreendido, mas ao mesmo tempo deixa-me com uma interrogação, ou com uma dúvida. Quando os Senhores e Senhoras Deputados fazem as suas intervenções e questionam e muito bem porque é um direito democrático questionar o Senhor Presidente da Câmara, querem ou não querem que responda? Ou fazem apenas as perguntas para depois dizerem que o Presidente da Câmara não respondeu?

Como já aqui foi referido, foi enviado aos Senhores Deputados um trabalho efetuado pelos serviços que tenho que elogiar, de síntese e de reporte daquilo que foi a atividade municipal ao longo dos últimos quatro meses, desde a última Assembleia Municipal, de acordo, com aquilo que foram as muitas intervenções do Município durante esse período de cerca de quatro meses.

Neste momento o Senhor Presidente, fez uma apresentação com projeção da atividade da Câmara.

José Alberto Moreira Duarte (PSD/CDS/PPM) – Hoje é um dia histórico, nesta Assembleia Municipal, estivemos anos e anos a pedir para que tivéssemos um relatório deste tipo e finalmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

o Senhor Presidente da Câmara deixou de ser um Presidente surdo e passou a ser um Presidente ouvinte e está atento a isso, o que é muito importante.

Está de parabéns, acho que é assim que tem que ser feito.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) – Queria saudar mais uma vez esta apresentação da atividade camarária que é sem dúvida alguma, por vezes, nestes pequenos pormenores, fazem toda a diferença porque os munícipes têm o direito de saber, concretamente, a atividade camarária e esta é uma forma de apresentar aos Munícipes a atividade, numa forma clara, sucinta e transparente.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – Gostava de fazer aqui dois ou três comentários em relação à atividade municipal.

Não queria deixar de realçar que foi uma alegre surpresa, positiva, pela primeira vez, vejo isto em Castelo Branco, antes da previsão das chuvadas, as sarjetas abertas, com a devida sinalização. Foi, portanto, uma medida proativa, na qual, não posso deixar de dar os parabéns.

Outra questão, nas despesas das contas do Município vemos o custo de uma manutenção de um equipamento de absorção atómica. A Câmara Municipal tem um equipamento de absorção atómica nas instalações, gostaríamos que fosse esclarecido.

Segunda questão, existe uma verba para a criação de um manual de conhecimento e caracterização ornitológica na zona do Tejo Internacional. Gostávamos de questionar se este manual pelo valor que implica, se está englobado em algum projeto estruturante do Município ou se simplesmente em algo feito um bocadinho “ad hoc” e que simplesmente, vamos gastar uma verba do Município e vai acabar por ficar numa prateleira.

António Fonseca (MPT) – Senhor Presidente vou recuar um pouco atrás. Acho que o Senhor Presidente esta equivocado. Eu vivo e trabalho cá e também conheço outras terras e, precisamente, porque vi a sua intervenção é que digo que fez pouco. Foi só festa, não fez mais nada. Festas em todo o lado, alguns encontros de pessoas, mas de resto nada mais. E pelo seu discurso, o Senhor Presidente há pouco, gostava que fosse deputado do PS para elogiar o que o PS faz.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não sou Deputado do PS, reconheço quando fazem bem, mas quando está mal tenho que o dizer. E tenho que dizer ainda que até proponho coisas novas, coisas que possam ser feitas, não estou aqui só para mandar abaixo.

Ainda assim, não respondeu sobre a Fábrica do Figo da Índia. Respondeu a tudo, agitou uns quantos espantalhos, mas a resposta quanto à Fábrica do Figo da Índia, não sabemos o que se passa.

Vou acabar, dirigindo aqui ao Senhor Deputado que me pareceu na sua intervenção, lembrou-me aquela frase batida de quando queremos arranjar soluções, quando não queremos arranjar desculpas. É o que acontece com esta Câmara, neste ano que passou.

Presidente da Câmara Municipal – Respondendo ao Senhor Deputado Carlos Antunes, agradeço as referências positivas e elogiosas à informação que os serviços desenvolveram, relativamente, à atividade do Senhor Presidente da Câmara, entendo que é esta a forma de também estar na política e é também esta a forma de liderar uma autarquia.

Relativamente, às cheias, já referi a este assunto, de facto, há aqui um trabalho muito próximo, muito intenso e ao mesmo tempo muito disponível e aproveitava também a sua intervenção, Senhor Deputado, para deixar aqui um agradecimento aos SMAS de Castelo Branco, à Câmara Municipal e à Proteção Civil de Castelo Branco, ao Senhor Coordenador da Proteção Civil de Castelo Branco por este trabalho que realizaram, não tiveram dias nem noites, mas de facto conseguiu-se. Nada garante que no futuro não tenhamos aqui uma situação difícil, mas o que é certo é que estas pessoas tiveram envolvidas no sentido de prever, identificar os pontos mais críticos e de resolver problemas, sendo que alguns deles passaram muitas horas sem dormir para desenvolver este trabalho.

Sinceramente não sei qual é o equipamento relacionado com o equipamento de absorção atómica, mas procurarei numa próxima sessão informar, ou então de forma informal, dizer-lhe de que se trata.

No que diz respeito ao manual, está englobado naquilo que é a promoção do Parque Nacional do Tejo Internacional e da Reserva da Biosfera, há um conjunto de candidaturas associadas à promoção deste território, infelizmente, não conseguimos, este ano, colocar uma série



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de condicionalismos, fazer a sinalização de uma candidatura de vinte e poucos mil euros, para fazer essa sinalização internacional, esbarramos numa série de exigências das Infraestruturas de Portugal e também da empresa concessionária da A23, vamos passar o valor para o próximo ano, mas, efetivamente, este manual, está englobado dentro dessa estratégia. O senhor perguntou se estava englobada dentro de uma estratégia e, sim, está, efetivamente, dentro de uma estratégia de promoção do Parque Natural do Tejo Internacional e dos valores associados a esse mesmo Parque sabendo, a importância das aves no Parque Nacional do Tejo Internacional pela raridade das mesmas e também pelo risco de extinção de algumas delas serem quase únicas.

Quanto ao Senhor Deputado do MPT, o Senhor não me conhece, mas se há coisa que gosto é do contraditório e não tenho medo que me façam perguntas, tenho todo o gosto em responder às questões que me fazem e tenho muito gosto em participar nos debates que uma Assembleia deve ter. Aquilo que lhe disse, é que o Senhor anda distraído porque não foi só festa. Efetivamente, acho que para os pais dos alunos do Primeiro Ciclo e do Pré Escolar seja uma festa, o facto de ajudarmos com as despesas associadas há educação dos seus filhos. Acredito que para os habitantes da Lisga, seja uma festa terem a possibilidade de utilizar o transporte flexível para se deslocarem a Castelo Branco.

- O Senhor já foi à Lisga?

- Sabe a que distancia fica a Lisga de Castelo Branco?

- Aproximadamente uma hora.

- Sabe a dificuldade em percorrer para lá chegar?

- É importante a Lisga ter o transporte flexível. Isto é responder às necessidades, às ambições das populações.

O Senhor considera uma festa, elaborarmos um projeto para o novo Centro de Saúde de Alcains? Foi isso que estivemos a fazer.

Agora digo-lhe senhor Deputado, não consigo estalar os dedos e de um dia para o outro, ter um projeto ou contruir um Centro de Saúde, mas iremos fazê-lo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Senhor Deputado, considera uma festa, fazer o projeto para a nova Unidade de Saúde familiar? Considera isso pouco importante? No centro da cidade, na Avenida N'Alvares?

O Senhor já queria isto feito? Também nós, mas não é possível, estamos a concluir o projeto para o levar a concurso?

Senhor Deputado é destas coisas e destes contributos que se faz um território.

O projeto do Figo da Índia está parado como o Senhor sabe. Já tivemos a ocasião de falar sobre isto, quando falamos sobre o orçamento e quando o Senhor e muito bem, até se disponibilizou para dinamizar a referida fábrica. Digo-lhe aqui neste salão da Assembleia, se me conseguir arranjar um local para instalar a Fábrica do Figo da Índia a funcionar, até me disponho que o Senhor lidere esse projeto que sei que também tem interesses nessa matéria. Não tenho nenhum problema em fazê-lo.

Afinal, Senhor Deputado Carlos Antunes, o equipamento que falamos é sediado no edifício CATAA e é um equipamento essencial para determinar o valor nutricional dos alimentos, como a quantidade de sal, cálcio, ferro, etc.

Bem haja.

Ponto 2 - Apreciação e votação de propostas de “Mapas de Pessoal, para o ano de 2023”.

2.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta nº. 53/2022)

António Fonseca (MPT) - Que inesperadas situações levam ao aumento do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Castelo Branco?

Um aumento de mais de 20% do quadro do pessoal...

Já no orçamento anterior votou-se aqui o aumento de 10% do quadro de pessoal. Parece que lhe tomou o gosto. O Senhor Presidente não foi eleito pelo PCP, mas parece, pois, está a fazer bem o papel de aumentar os funcionários do Estado, coisa da prática soviética...

Nada disto faz sentido num município que perdeu 3800 pessoas nos últimos 10 anos.

Até parece que o Senhor Presidente não se apercebeu disso, e continua a contratar como se a população estivesse a aumentar e as dificuldades de administração a complicar-se por esse motivo...

Vai passar de uma relação de 1 funcionário para cada 100 munícipes, para 1 por cada 75...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Consegue perceber o que isso significa em termos de esforço financeiro direto e indireto para os municípios?

No imediato e no futuro? Tudo indica que não...

Vou tentar ajudar a que se perceba a dimensão do que estamos a falar.

Se bem percebi, este Orçamento apresenta um valor de quase 30 milhões de euros para que a máquina da Camara funcione. Entre outros, estão aqui gastos com pessoal.

E, o que isso significa em termos de municípios?

São quase 600€ por munícipe por ano. Ou, de outra maneira, o Senhor Presidente precisa de 50€ por mês de cada um dos 50000 albicastrenses para manter a Camara a funcionar.

É muito dinheiro todos os meses. E, pelo que se percebe, não lhe custa nada, de ano para ano aumentar esse valor.

Mas tem o Senhor Presidente a possibilidade de se justificar, pois vou fazer-lhe uma pergunta muito concreta, e a sua resposta pode demonstrar a pertinência deste aumento de pessoal ou se se trata de um desvario, diria, quase irresponsável:

Porque vê necessidade de aumentar o quadro de pessoal da Camara?

Repare que a ação social apenas prevê mais 8 funcionários afetos a essa nova responsabilidade, mas falta justificar 70...

A sua eventual resposta evasiva responderá muito mais do que possa imaginar.

Armando Lopes Carvalho (S-MI) - Na nossa intervenção na reunião da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022, no âmbito do seu ponto 8 e no período antes da ordem do dia, no que se refere aos atos administrativos praticados pelo Sr. Presidente do Executivo que suspenderam a entrada em vigor da nova estrutura, alertámos para o facto da referida suspensão criar instabilidade nos serviços da Câmara Municipal e para a eventual existência de problemas de natureza administrativa.

Que seja do nosso conhecimento a nova estrutura orgânica nuclear e flexível da Câmara Municipal de Castelo Branco ainda não está em vigor. Assim sendo, não conseguimos alcançar do enquadramento formal da presente proposta de Mapas de pessoal para o 2023, sem que exista uma estrutura orgânica que lhe dê suporte.

Por esse motivo os membros do grupo municipal do SEMPRE – Movimento Independente não votarão favoravelmente a presente proposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara – Sabe Senhor Deputado, tenho muita estima pelos comunistas. Tenho muita simpatia pelo trabalho desenvolvido pelo Partido Comunista antes do 25 de Abril, de se debateram por forma abnegada e está aqui precisamente um desses homens que teve um papel ativo nessa luta pela liberdade e tenho também muita estima por aquilo que os militantes do PCP fazem em prol da Democracia e em prol também da Democracia e do poder autárquico.

Não tenho nenhum preconceito, relativamente, ao papel de nenhuma força política, antes pelo contrário, tenho respeito por todos aqueles que têm coragem de estar na política, com as suas ideias ajudarem a transformar o território e o país.

Começou por dizer que não acontece nada, esquece-se Senhor Deputado, para acontecer alguma coisa temos que ter trabalhadores, trabalhadores especializados e em número suficiente para dar resposta às necessidades do Município.

Esquece-se Senhor Deputado que para projetar obras, fiscalizar e para pagar àqueles que as realizam temos que ter pessoas a trabalhar.

Esquece-se para fazer as atividades que se fazem no concelho, nomeadamente, daquelas que ainda há pouco falávamos, no âmbito, da Proteção Civil, precisamos de pessoas para desenvolver esse trabalho e desafiava-o depois de terminar esta reunião, falar com os Diretores de Serviços que estão aqui dois, o Engenheiro Luís Resende e o Dr. Francisco Alveirinho. Pergunto, se é sustentável uma Câmara Capital de Distrito com a responsabilidade que tem em Castelo Branco, com a dinâmica e com aquilo que são os projetos para Castelo Branco, se é sustentável ter o Quadro de Pessoal que atualmente existe? E, depois, digo-lhe também Senhor Deputado que os cidadãos esperam serviços eficientes, que resposta às suas solicitações e aos pedidos que fazem à Câmara Municipal e isso Senhor Deputado não se faz com o Quadro de Pessoal, atual de funcionários da Câmara Municipal.

Se vamos discutir a política a esse nível, não estamos a fazer um bom serviço à política e não estamos a fazer um bom serviço àquilo que queremos para o Município de Castelo Branco.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado Armando Ramalho, dizer-lhe que a Câmara Municipal herdou um concurso de Quadro de Pessoal, com um valor aproximado de seiscentos mil euros mil euros, nunca questionamos isso. Não questionamos porque identificamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que aquilo que era a proposta de aumento de Quadro de Pessoal correspondia a necessidades do Município que deviam ser enquadradas dentro de uma nova estrutura.

Aquilo que não nos parece adequado, é ter um Diretor de Departamento de Educação, Cultura e Ação Social sem ter trabalhadores afetos. Foi por isso que conciliamos a entrada em funcionamento do novo Quadro de Dirigentes e da nova Estrutura Dirigente com o novo Quadro de Pessoal para que quando os dirigentes iniciem o exercício das suas atividades tenham os trabalhadores afetos que são necessários a esse Quadro de Pessoal e às dinâmicas que vão realizar.

E, depois, também quero dizer algo que é de justiça para os funcionários do Município. Prevemos neste Mapa de Pessoal a requalificação, se não estou em erro de 26 ou 27 trabalhadores, pessoas que fizeram o estudo superior, são pessoas que melhoraram as suas qualificações, são pessoas que há muito tempo trabalham na Câmara Municipal e exercem funções de Técnicos Superior e que estão como Assistentes Técnicos os Assistentes Operacionais. Este Quadro de Pessoal contempla precisamente isto, a possibilidade de requalificar essas pessoas horando aquilo que deve ser um compromisso do Serviço Público e fazendo justiça àqueles que ao longo do tempo se valorizaram através da melhoria das suas qualificações académicas.

Desafio os Deputados a dizerem que estamos a proceder mal e a agir de forma contrária ao interesse público, ao dar estas condições às pessoas que trabalham na Câmara Municipal e todos os dias dão o seu melhor e se esforçam pelo desenvolvimento de Castelo Branco.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos contra, 15 do S-MI, 1 do MPT e 2 do CHEGA, 4 abstenções do PSD/CDS-PP/PPM e 18 votos do PS, com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal, aprovar o Mapa de Pessoal, para o ano de 2023, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

2.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 54/2022)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Armando Lopes Carvalho (S-MI) – A minha intervenção também se aplica no âmbito deste ponto e reforço a questão que colocámos, a nova Estrutura Orgânica Nuclear e Flexível da Câmara Municipal de Castelo Branco, ainda não está em vigor, assim não conseguimos alcançar o enquadramento formal da presença proposta de Mapas de Pessoal para o ano de 2023, sem que exista uma Estrutura Orgânica que lhe dê suporte.

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à questão que me foi colocada, cumpre-me reportar, que a nova Estrutura Orgânica está para publicação em Diário da República, estamos a contar que ela fique disponível ainda durante a semana de hoje na próxima semana, mas de qualquer modo, estava à espera que me colocassem uma questão, relativamente, ao preço da fatura da água.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos contra, 15 do S-MI, 1 do MPT e 2 do CHEGA, 4 abstenções do PSD/CDS-PP/PPM e 18 votos a favor do PS, com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal, aprovar o Mapa de Pessoal, para o ano de 2023, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Apreciação e votação de propostas de “Documentos Previsionais para o Ano 2023”.

3.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 55/2022)

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Este Orçamento, o único valor que enche o olho, é o valor com gastos de pessoal. Quando isso acontece numa Câmara de Capital de Distrito e que não temos empresas de mais valor que paguem salários acima da média, tendo salários médios muito baixos, é uma situação que nos preocupa, qual é o investimento? A ideia que temos do país, se me perguntarem, cada proposta que está aqui no orçamento, concordariam ou não, eventualmente, sim. O problema é o que é que não está no orçamento? E, sendo uma Câmara do PS, será que não devíamos exigir mais? Esta é uma questão que fica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A outra questão é um pormenor para ter a certeza. Vi que existe uma rubrica de 22 milhões que são outros rendimentos de capital. Era só para ter a certeza se esse valor será então incorporação de valores transitados.

José Alberto Duarte (PSD/CDS/PPM) – Depois de uma análise aos documentos do Orçamento de 2023 que nos foram propostos, os eleitos da Coligação PSD/CDS/PPM não podiam deixar de apresentar no seu entendimento que é o seguinte: o mesmo contempla a devolução do IRS iniciada do ano transato de acordo com o pré plano elaborado.

Contempla as medidas capazes de vir a capacitar uma rede de transportes públicos tendencialmente gratuitos, nomeadamente, com a redução dos preços atuais e ainda da gratuitidade dos mesmos para pessoas maiores de 65 anos e a pessoas portadoras de deficiência.

Contempla medidas com vista à modernização do mercado municipal;

Contempla medidas ao apoio ao comércio tradicional da cidade no seguimento da moção aqui apresentada e aprovada, por unanimidade.

Contempla a atribuição do voucher para creches para financiar custos com as creches;

Contempla o fornecimento de refeições gratuitas, várias vezes faladas, hoje, antecipando desde já a gratuitidade das refeições servidas até ao final 1º. Ciclo;

Contempla o apoio de medidas de apoio aos jovens de arrendamentos com condições vantajosas para trabalhar em Castelo Branco.

Contempla algumas das propostas com que nos comprometemos com os eleitores e quem votou na Coligação PSD/CDS/PPM, dando assim, resposta aos compromissos que então assumimos.

Desejaríamos que fosse um orçamento mais realista e, por isso, não nos revemos na sua totalidade, pois pensamos, quando a sua execução poderá ficar aquém do que seria recomendável.

O PSD continuará a estar perto das pessoas, conhece os problemas concretos das populações. Por isso, irá viabilizar este orçamento, garantindo que queremos fazer uma atenta rigorosa monitorização do mesmo, no sentido, de proporcionar as melhores condições para viver em Castelo Branco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Armando Lopes Carvalho (S-MI) - Os documentos previsionais são documentos essenciais para estruturar a estratégia a implementar pelas autarquias nos anos subsequentes.

Neles são apresentados de forma estruturada os recursos existentes, ou a constituir, para fazer face às necessidades decorrentes dos objetivos a cumprir. Por outro lado, a sua execução traduz a competência do Executivo Camarário em alcançar os objetivos a que se tinha proposto.

Após detalhada análise dos Documentos Previsionais para o Ano de 2023, constatamos que não concordamos com a política subjacente à sua elaboração, nem com as opções nele vertidas.

Como já tínhamos previsto e alertado, algumas das opções adotadas no último ano, e mantidas para o próximo ano, já se refletem na taxa de cobertura da Despesa Corrente através da Receita Corrente.

Verifica-se um acentuado crescimento da Despesa Corrente, de 16,42%, enquanto que a Despesa de Capital apenas cresce 7,62%, sensivelmente em linha com a inflação.

Com o intuito de mitigar o acentuado crescimento dos custos de fornecimento das várias formas de energia, que se reflete no agravamento das despesas correntes, o SEMPRE Movimento Independente, esperava ver vertidos na presente proposta, necessários investimentos na reconversão da iluminação do município, com a adoção de novas tecnologias – em linha com a promessa feita no ano passado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de substituição das atuais lâmpadas por leds. Não nos parece que os 50 000 euros previstos para investimento na iluminação pública, acrescidos 20 608 euros distribuídos pelos quatro anos seguintes sejam suficientes para alcançar tal propósito. Também ambicionávamos o incentivo e o investimento em energias renováveis, nomeadamente através do autoconsumo fotovoltaico. Não descortinamos tais investimentos.

Verificamos que nos investimentos de capital em habitação se privilegia a aquisição (1 000 000 Euros) em detrimento da construção (150 000) e da reparação e beneficiação (150 000 Euros). Mesmo considerando o acentuado crescimento do investimento na construção para os próximos quatro anos, não nos parece que desta forma, o Executivo Socialista consiga alcançar as promessas eleitorais feitas em matéria de disponibilização de habitação.

Já no ano passado tivemos oportunidade de referir que o investimento previsto no Orçamento não era devidamente priorizado, tendo em consideração a capacidade do Executivo em promover a sua execução real, nos prazos previstos. Assim perde-se credibilidade e capacidade de mobilização dos diversos agentes económicos, para alcançar os objetivos de promover o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

desenvolvimento do nosso município. Consideramos que o presente orçamento ainda padece das deficiências então apontadas e detalhadas.

Por último, algo que consideramos particularmente grave – consideramos que as opções de investimento nas freguesias, vertidas na presente proposta de Orçamento, não tiveram por base uma política de investimento, mas apenas uma política partidária.

Pelos motivos referidos, os membros do grupo municipal do SEMPRE – Movimento Independente não votarão favoravelmente a presente proposta.

António Fonseca (MPT) - Já antes tinha mencionado que esta sessão e os documentos que a acompanham suscitam muitas dúvidas.

O orçamento não é diferente.

Aliás, o sentimento que a análise deste orçamento nos trouxe, é que aparenta que o Senhor Presidente fez tudo para que se vote contra.

Porque digo isto? está expreso, no orçamento, em dado momento que se pretende, e cito: um “desenvolvimento sustentável e harmonioso do município, com o propósito da melhoria da qualidade de vida dos munícipes;”

Diz também que se pretende:

“Potenciar a dinamização das infraestruturas criadas, tornando-as atrativas e úteis à sociedade.”

Pois apenas se diz, mas não se deteta na leitura nada disto.

O orçamento destina quase 40% do orçamento para o funcionamento da Câmara. Ou seja, para cumprir o que se propõe fazer, de melhorar a vida dos munícipes e de potenciar a dinamização das infraestruturas, já só tem 60% das receitas para o fazer.

Depois despeja mais 30% do orçamento em obras, o que, já se está a ver, faz sobrar apenas 30% para melhorar a vida dos munícipes. Porque as obras...podem ou não melhorar a vida dos munícipes...

Menos de metade disto vai para a educação, 12%, e para questões de ambiente, transportes somados, são 8%... Para turismo, eventos e cultura, restam pouco menos de 5%.

Não é preciso mais do que isto para perceber o conceito de “melhorar a vida dos munícipes”.

Funcionamento da Câmara e obras...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Mas diz também que se pretende fazer (cito novamente) **“Investimento e impulso económico, assumindo contínuos investimentos em equipamentos de apoio à atividade económica”** isto reportando a criação de novas empresas.

Mas, e as empresas que já cá estão?

Aquelas que já criam emprego? O que tem para lhes oferecer?

Eu digo, NADA.

Não se encontra nada neste orçamento que seja um sinal ou estímulo para quem já cá investe. E que aqui paga os impostos, taxas e taxinhas que alimentam este orçamento.

NADA, nem uma só medida de apoio ou estímulo à economia local.

Até chega a mencionar o sector agroalimentar e a sua consolidação. Tem alguma medida de aproximação entre os gastos previstos na alimentação escolar e produtores locais, de Castelo Branco? Uma forma simples de reduzir as cadeias de produção, ajudando em simultâneo a economia local – e, pasme-se, sem ser necessário gastar mais.

Nem aqui, na produção agrícola se vê apoios...

Mas passando para a Educação, tem todo um conjunto de intenções e vontade de otimização de recursos.

Nada contra, claro.

E, confesso, sou até totalmente favorável à ideia de a Educação ser uma responsabilidade e específica dos municípios, mas deixe-me perguntar: quais são as estratégias de ligação da Escola à comunidade?

Tem a Camara alguma ideia de como se pode promover essa ligação?

Tem interesse nesse tipo de dinâmicas?

Parece que não.

De novo, despeja-se dinheiro, e já está.

É que promover essas diferentes ligações à comunidade é uma forma de fazer a conexão entre os jovens a esta terra, permitindo a criação de laços e relações, aumentando a estima pelo território, e que podem reduzir o êxodo populacional. Além de novo despejar dinheiro, tem alguma estratégia sobre fixação de jovens? Não vi.

Quer atrair, mas deixa-os fugir no entretanto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Diz sim que quer apoiar a natalidade, a isenção dos custos das refeições escolares, e o pagamento de creches.

Mas se deixar que os jovens não tenham ligações fortes ao território, vai ter de competir com todos os outros locais que também fazem o mesmo que se propõe fazer aqui, com estes apoios. Ainda sobre as creches, deixo a sugestão de o apoio ser facultado diretamente às famílias, dando-lhes a hipótese de serem elas a escolher o local que pretendem para os seus filhos, por exemplo em formato de **cheque-creche** e com isso introduzir saudável competição entre prestadores desse serviço. Todos beneficiam.

Ainda sobre este assunto, permita-me referir que, o apoio direto às IPSS não é garantia de melhoria de serviços prestados aos utentes. A tal melhoria da qualidade de vida... Num formato similar ao que descrevi sobre as creches, se o apoio for dado diretamente ao utente, ou família, terão de ser as IPSS a procurar convencer os utentes dos seus méritos e vantagens.

A forma como é apresentada deixa espaço para questionar a razão de se estar a entregar diretamente dinheiros públicos a instituições em vez de o devolver a quem dele faz melhor uso: o utente.

Tem disponibilidade para soluções deste tipo? Que envolvam o município diretamente?

Fala-se também de ambiente e espaços verdes.

Acaba por a montanha parir um rato.

É que apenas refere reflorestação onde adequado, limpar cursos de água e controlar invasoras na Gardunha.

Então e a produção de energia fotovoltaica descentralizadamente?

Ou a promoção de Água Quente Solar, que reduz drasticamente os consumos energéticos?

Não vislumbra nenhuma forma de incentivar essas práticas além das obrigações existentes?

Numa terra de tanto Sol como é Castelo Branco, é desperdiçar um dos maiores recursos existentes... Acrescento ainda que me parece que não consegue ajudar na redução da pobreza energética do edificado.

Existe tanto para fazer, que perante os extremos climáticos que se vão verificando, observar a inação as entidades publicas me deixa absolutamente devastado. E neste caso a inação obstaculiza.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estou seguro que se saírem da frente, se o Estado e no caso a Camara, sair da frente, a sociedade arranja as melhores soluções. Mas se a Camara for o catalisador desta mudança, mais rápido se pode lá chegar.

O imobilismo nunca ajudou as populações.

Ainda, e quase no fim, a Economia.

Vou deixar uma sugestão, pois no orçamento não vislumbrei nada que pudesse servir como tal.

E, nesta sugestão envolvo poupança de água, transportes públicos, acesso a bens culturais e estímulo à economia.

E, sem gastar rios de dinheiro em campanhas de sensibilização, publicidade ou promoção.

A proposta é a de criar um sistema em que o munícipe que faça as compras no comércio local pudesse ser recompensado em transportes mais baratos, eventualmente, levando à gratuidade dos mesmos.

Associar também a possibilidade de reduções de consumo de água que os munícipes consigam, ao mesmo tipo de 'descontos', e até possibilitar que os mesmos descontos se apliquem ao usufruto dos eventos culturais locais que tenham custos.

De uma penada, ajuda o comércio local, estimula a poupança de água, pode aumentar a procura de transporte publico e conseqüente redução de transporte privado, e ainda potencia o usufruto de bens culturais.

Isto sim, para mim é melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

Para finalizar, tive o cuidado de ir contabilizar, no Orçamento, as rubricas descritas como "outros".

Algo indefinido, desconhecido, e, portanto, um pouco arbitrário.

Parei nos 8 milhões de euros. Mas a conta continuava...

8 milhões de euros em coisas desconhecidas. Outras...

Isto também demonstra ser um orçamento desnordeado, despesista e sem ambição.

Pois são estes 8 milhões de euros que transcrevo em 8 milhões de razões de votar CONTRA este orçamento.

Senhor Presidente, convença-nos do contrário. Mostre as virtudes e vantagens do que apresenta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Sem isso, vai ser fácil gastar no presente, mas muito difícil ter qualidade de vida no futuro...

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) – Após ouvir aqui algumas intervenções, fiquei com a recordação, às vezes quando assistia a teorias do fazer, a teorias de doutrinas políticas e que não se concretizavam na prática.

O que é que quero dizer com isto?

Quero dizer que este orçamento, em primeiro lugar, vai na linha da estratégia política que foi implementada pela Câmara Municipal e foi desenvolvida já a partir do orçamento imediatamente anterior a este.

Por outro lado, queria dizer que se crítica muito, aponta-se algumas soluções, mas quer queiramos, quer não, neste momento, é esta a Câmara que está a governar os destinos do nosso concelho e é esta a Câmara que está a implementar as opções políticas para o nosso concelho. Quer queiramos ou não, é esta a Câmara que deve apresentar o seu orçamento que é um instrumento político.

Claro que neste orçamento, estão plasmadas opções políticas porque o orçamento é, sobretudo, um instrumento político. Aqui é claro que há divergências porque não é um orçamento de muitos que aqui criticam e que claro está, quando não é nosso tendemos a criticar mais porque temos outra visão de resolução dos problemas, seja por vezes certa ou mais errada. E é isso que se passa, sobretudo, critica-se, aponta-se algumas soluções, mas na ótica da sua política pessoal e devo-lhe dizer, com humildade, não sou dono da razão, nenhum dos Senhores Deputados é.

Por outro lado, queria dizer também que este é um orçamento ambicioso. É um orçamento de mais de setenta e quatro milhões de euros. Não é despejar dinheiro sobre os problemas como alguém aqui alguém já disse. É, sobretudo, ter esse dinheiro que é público ao serviço das necessidades das populações.

Por outro lado, trata-se de um orçamento de continuidade em que visa o desenvolvimento e implementação dos objetivos já traçados. Salientar, desde logo, a forma tão bem como o documento é apresentado, numa forma clara, que permite uma fácil aferição das várias rubricas deste orçamento que permite aferir da origem das despesas e das receitas que permite facilmente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ver quais são as grandes opções do plano, permite mais informação e permite de uma forma mais transparente, chegar aos objetivos de concretizar através destes instrumentos políticos.

Verifica-se também que o orçamento se divide em grandes áreas de intervenção, desde logo, uma as grandes áreas de intervenção que tem a ver com a construção de infraestruturas e reabilitação de alguns edifícios, quer a nível da Saúde, como é, exemplo, da construção da nova ULS Familiar, ou da construção do edifício do novo Centro de Saúde de Alcains, ou ainda o projeto do pavilhão Multiusos, em Castelo Branco.

De salientar ainda, no âmbito, da economia, a construção do Centro de Empresas Inovadoras II, ou seja, mais uma infraestrutura ao serviço da comunidade, mais uma infraestrutura com impacto económico e social porque é através destas infraestruturas que se fixa população nas localidades.

Não são teorias que resolvem os problemas das pessoas, são ações concretas e é a construção concreta e o desenvolvimento concreto de soluções, a implementação concreta de soluções.

Por outro lado, custa-me a acreditar e estão aqui os Municípes a assistir ao que estou a dizer e” olhos nos olhos”, custa-me a acreditar que não se valorize as medidas sociais, de forma implementadas e estão a ser implementadas através deste orçamento para os municípes.

Desde logo, na ação social, na parte social, na escola a tempo inteiro, medidas do arrendamento jovem que visa a fixação de jovens no Concelho. Quando se fala sempre em territórios de baixa densidade e que não conseguem fixar os jovens no concelho e, desde logo, atrativos para que as pessoas aqui residam, E custa-me a acreditar que não esteja de acordo com isso, e custa-me a acreditar que vão votar contra isso, e custa-me a acreditar que só por “não ser o nosso orçamento vamos votar contra”.

Presidente da Câmara – Não vou fazer muitos comentários, no entanto, queria realçar dois ou três aspetos que penso que são importantes no orçamento, mas, sobretudo, são importantes para as pessoas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Senhor Deputado do MPT, fala-nos aqui de oito milhões de despesa em “outros”. Esqueceu-se de dizer Senhor Deputado que este é o orçamento mais claro, mais limpo e mais transparente alguma vez apresentado pelos Executivos da Câmara Municipal.

Fizemos e tenho que dar os parabéns ao Senhor Chefe da Divisão, Dr. João Marques e também à Dr^a. Filipa, pelo trabalho extraordinário na elaboração deste Orçamento, apontando ou direcionando as despesas para as GOP, permitindo a quem leu este Orçamento, a quem tem que o avaliar e a quem tem que refletir, acerca deste, faz-lo de uma forma simplificado e transparente. Infelizmente, não foi dito, nem foi valorizado por nenhum dos Senhores, nem das Senhoras Deputadas.

Queria reforçar as linhas de força deste orçamento. Então os jovens não estão aqui explanados? As creches, as escolas a tempo inteiro, os pagamentos das refeições, não têm objetivos? Não conseguem vislumbrar nenhum objetivo nisto que estamos a fazer? Apenas veem um muro à vossa frente sem capacidade de ver para além? É apenas despejar dinheiro ou é criar condições para que os jovens se aqui fixem? É despejar dinheiro ou é criar condições para que os jovens aqui se fixem? E desafio-os a que me provem quantos Concelhos aqui na nossa região, têm um conjunto de medidas tão fortes, tão consistentes e ao mesmo tempo tão complementares daquilo que é o apoio à atração e à fixação de jovens? Repito, desafio-os a darem-me um exemplo de um Concelho na nossa região e fora dela que tenha um conjunto de medidas tão consistentes e tão fortes, no sentido, de atrair e fixar população jovem.

É muito fácil de criticar, é muito fácil dizer que não estamos a fazer nada, mas pelo amor de Deus, sejamos honestos e humildade, de dizer que está bem feito. Estamos a ajudar as famílias, a apoiar as famílias e a criar condições para que as famílias e as famílias mais jovens, possam vir a viver em Castelo Branco.

Há um condicionalismo deste orçamento, claro, objetivo, identificável. Esse condicionalismo são doze milhões de euros de despesas transitadas de há muito tempo. Nós temos compromissos que já vêm desde 2009, isto soma doze milhões de euros, sem juros, ou seja, foram compromissos que foram sendo feitos de sucessivos orçamentos, que forma colocados no orçamento e que ainda não houve capacidade para os limpar. Tenho a certeza absoluta, com colaboração e a dedicação e ao mesmo tempo o profissionalismo da Divisão de Contabilidade para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

resolver este problema. Havemos de o fazer, havemos de libertar este orçamento ou o orçamento da Câmara Municipal, destes compromissos tóxicos e que limitam, de facto, muito aquilo que é a construção de um orçamento.

Também desafio a fazerem uma análise comparativa. Vão comparar os cerca de doze milhões de euros, com gastos previstos pela Câmara Municipal de Castelo Branco e a percentagem que isto representa no orçamento da Câmara Municipal de Castelo Branco, com as outras Câmaras que por aí à volta. Comparem e vejam que percentagens afetas com pessoal e percentagem de outros que por vezes vêm aqui dar, como exemplo, afetas a despesas com pessoal, não podemos, como já disse, inviabilizar o trabalho da Câmara. Temos que ter despesas com pessoal. Temos que promover aqueles que trabalharam, os que se valorizaram e os que dão o seu melhor todos os dias, em prol de Castelo Branco, contratando técnicos para que a estratégia municipal de habitação se desenvolva para que a escola a tempo inteiro tenha a possibilidade de desenvolver, a melhoria, eficiência tanto na água como na energia, possam concretizar-se porque sem esse Quadro Técnico e sem esse Quadro de Pessoal, será muito difícil chegar lá e conseguir resolver essas situações.

Claro, Senhor Deputado Armando Ramalho, que o problema da energia é um problema que nos afeta a todos, afeta o município, a sociedade e o país. Mas, está enganado. O Senhor não olha para as lâmpadas pelas quais se vai cruzando. O Senhor não vê aquilo que temos vindo a fazer. Temos vindo a fazê-lo sem despesa da Câmara Municipal, é verdade. Temos vindo a fazê-lo, dando sequência naquilo que são a intervenção dos concessionários que têm também feito esse trabalho da grande maioria das nossas freguesias rurais, com lâmpadas substituídas. E não vamos ser nós que vamos comprar painéis fotovoltaicos, existem outras alternativas de mercado, outras alternativas de intervenção. Até o podíamos fazer, comprar e fazer um parque solar, mas depois tínhamos que contratar técnicos para fazer a sua manutenção, acompanhar o seu desenvolvimento. Interessa isso à Câmara Municipal? É uma estratégia sustentável e com mais valias para o Município? Deixo esta questão para reflexão.

Quanto à questão da água, também não estamos quietos.

Pela primeira vez, no verão passado, usamos os recursos naturais disponíveis na cidade para fazer, entre outras coisas, a higiene de ruas da cidade. Não vi ninguém falar sobre isso. Usamos, repito, os recursos da cidade, a água de poços e das nascentes da nossa cidade para fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a higiene urbana. Estamos a trabalhar, no sentido, de usar essa água no futuro em outras funções e em outras respostas.

Mais, fizemos uma alteração funcional dos Serviços, transferindo para os SMAS de Castelo Branco a gestão e a manutenção da rede de rega que será articulada entre os espaços verdes e os SMAS, no próximo ano, de modo, a minimizar ou a tentar minimizar os custos associados à água e também à água que têm também reflexos orçamentais.

Depois, falamos de falta de estratégia para a economia. Esquecem-se de dizer que para a criação de emprego, fixamos a Altice, na Carapalha quando tinha mostrado e tinha escrito que iam sair a 31 de dezembro. Mantivemos os postos de trabalho que nessa altura iria sair e mais, contrataram-se mais cem trabalhadores para a Altice. E, mais, temos o pedido por parte da Altice para os ajudar a divulgar uma oferta de trabalho que visa contratar mais cento e cinquenta trabalhadores durante os primeiros meses do ano de 2023.

Repito, fixamos a Altice, em Castelo Branco. A Altice tinha mostrado em junho do ano passado, a intenção de disponibilizar o espaço, na Carapalha, abandonar o espaço que existe na Carapalha. Nós invertimos essa situação, mantivemos os postos de trabalho e estamos a aumentar a contratação.

Posso dizer, foi feito um investimento de cerca de quatro mil euros, nos cem montaditos, que não sei se já abriu, ou vai abrir num destes dias e que são mais de uma dezena de postos de trabalho.

Na Avenida Humberto Delgado, abriu um novo espaço comercial, são mais doze. Mas haverá novidades, fiquem descansados que também, relativamente, a isto haverá novidades e não demorará muito tempo para que essas novidades sejam comunicadas e sejam uma realidade em Castelo Branco e ao serviço de Castelo Branco.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Ao ouvir o Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes falar, gostava de saber o que é que o seu líder de partido, Dr. António Costa, iria referir quanto a sua maneira, como se expressa, como deu a entrevista que todos podemos ver.

Feito este à parte, acho que ouvi bem, por acaso, desde que me lembro de si e apesar de ter sido sempre o PS a governar a Câmara Municipal de Castelo Branco, desde 1998, e nas suas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

palavras que tem desde 2009 um compromisso tóxico no Orçamento da Câmara Municipal e a questão é clara, se esse compromisso é tóxico, criado num governo do PS, suponho, se foi por incompetência ou se estamos a falar, se calhar, de um caso político?

Outra questão, fez aqui referência à criação de postos de trabalho pela Altice e a minha pergunta. penso ser importante esclarecer perante esta sociedade. Estas pessoas são funcionárias da Altice ou de empresas de trabalho temporário em que o dono dessas empresas, eventualmente, têm um nome árabe?

Presidente da Câmara – Senhor Deputado, João Ribeiro, o PS assume integralmente tudo aquilo que foi feito ao longo dos últimos 24 anos.

Há doze milhões de euros, comprometidos que vêm condicionar o orçamento para 2023 e com a colaboração da Divisão de Contabilidade, havemos de resolver se Deus quiser, durante o próximo ano.

Relativamente à Altice, aquilo que lhe tenho que dizer, é que nunca fiz nenhum contato com dirigentes dessas empresas de trabalho temporário. Os contatos e as reuniões formais que tive, foram sempre com a administração da Altice e, portanto, é com eles que trabalho e a responsabilidade de promover e empregabilidade em Castelo Branco. Aquilo que sei, Senhor Deputado, é que mantivemos a Altice a trabalhar na Carapalha, e estamos a contar aumentar em mais 150 pessoas o Quadro de Pessoal do próximo ano.

Acredito que não haja muita preocupação da parte daqueles que trabalham, relativamente, a quem lhes paga o salário. Acredito que não. Acredito que aqueles que trabalham e que merecidamente recebem o seu ordenado, querem essencialmente ter trabalho, ter ocupação e ter outra coisa que é trabalho digno.

Não tenho nenhum preconceito, relativamente, aos investidores internacionais, antes pelo contrário, que venham muitos investidores internacionais para promover emprego, criação de novas empresas e da dinamização dessas novas empresas.

São bem-vindos desde que cumpram as regras do país para a instalação de empresas e cumpram as regras das leis laborais do nosso país. É isso que nos interessa e é nisso que estamos focados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos contra, 15 do S-MI e 2 do CHEGA, 4 abstenções, 1 do MPT e 3 do PSD/CDS/PPM e 18 votos a favor do PS, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2023, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade

3.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 56/2022)

Presidente da Câmara Municipal – É só para referir que o Orçamento dos SMAS, contempla, tal como dissemos e nos comprometemos uma baixa na fatura da água. Contempla para o 1.º e 2.º escalão. São valores pequenos é verdade, mas são valores reais. Não aumentamos nestes dois escalões a fatura da água, diminuimo-la, cerca de 10 euros no primeiro escalão, e de 5 euros no 2.º escalão e penalizamos um pouco o 3.º e 4.º escalão, até por orientações da Entidade que regula o setor da água, da ERSAR.

Quero referir também, que o consumo da água está concentrado em 95% no 1.º e 2.º escalão, sendo que os dois escalões seguintes, representam apenas 5% do consumo e faturação da água no Concelho de Castelo Branco.

António Fonseca (MPT) - Tenho que começar por mencionar que fiquei muito agradado por ter visto que a nossa proposta, aqui referida em 2021, relativa à utilização de águas residuais tratadas para rega de espaços públicos foi assumida pela CM.

É sempre bom ver a CM está disponível para implementar boas ideias.

Modéstia à parte, fomos nós, eu, que aqui a coloquei, o ano passado.

Mas, gora sobre água para consumo, da mesma forma que questionei na última vez, volto a questionar: depois de todo o investimento feito para a redução de perdas de água, melhoria de rede, e redução de água não faturada, quanto é que os munícipes vão ver reduzida o seu custo da água?

Na mesma percentagem de redução de perdas da rede?

Podemos esperar isso?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Reparei que a Camara pretende utilizar águas subterrâneas que não estão a ser usadas.

Deixe-me referir que possivelmente esta ideia será um erro.

Se são reservas, deixem-se estar quietas, para quando delas se precisar.

Pelo que sei, ainda não precisa, e tem muito potencial de reaproveitamento e poupança que não tem devidamente explorado.

E, neste aspeto de reaproveitamento, também me refiro às águas pluviais.

Para isso. Pode, por exemplo, promover a participação dos munícipes, recompensando-os por reter e reutilizar águas pluviais. Pode reduzir as tarifas de água para quem possa demonstrar que a reutiliza. O tal sistema de recompensas que falei há pouco.

Não vejo muitas dificuldades de um condomínio conseguir encontrar espaço para instalar reservatórios de água da chuva, que depois utilize para lavagens de espaços comuns, de moradias fazerem o mesmo... mas as opções e imaginação são ilimitadas, e se tivermos o incentivo correto, ou seja poupanças para os munícipes – vão aparecer as mais interessantes soluções.

Agora sobre os bioresíduos.

Assunto que aqui abordei no ano passado. Passou um ano, e agora diz-se nos documentos dos SMCB que, e cito: “Os biorresíduos, representam um papel fundamental no sistema global de gestão de resíduos, quer pelas elevadas quantidades que são produzidas anualmente, quer pelo seu potencial de valorização e reintegração na economia.”

Dou ênfase a esta última parte, **o potencial de valorização e reintegração na economia.**

Pois, aqui, a escolha da CM é apenas exigir dos munícipes o pagamento do investimento, e entregar os lucros reconhecidamente previsíveis à Mota-Engil.

Eu sei que isto tem sido o costume socialista mais recente, mas não é o melhor para Castelo Branco.

Colocar os custos nos cidadãos e os lucros nos privados. Num privado, em específico.

Repare, Senhor Presidente:

Existem outras formas, já conhecidas e testadas, envolvendo os munícipes, e efetivamente reintroduzindo localmente, repito localmente, as vantagens económicas daqui decorrentes.

Por exemplo, Capannori em Itália, com 47000 habitantes, com várias ações específicas consegue reutilizar e reciclar quase 97% dos resíduos produzidos. E com as receitas obtidas na valorização dos bioresíduos, e com os envolvimento dos munícipes levou a redução de taxas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

cobradas em 20%, criação de emprego local e redução de custos da infraestrutura de recolha em 70%.

Aqui poder-se-iam envolver as escolas, associações, condomínios empresas e munícipes no processo de valorização, com vantagens locais para todos.

Mas a Camara apenas sabe despejar milhares de €.

Quanto é mesmo o valor dedicado aos bioresíduos?

Perguntei-me se poderia esperar que daqui a 3 meses ver nas notícias locais que se está a estudar a implementação destas medidas?

Parece-me que não será assim. Só ontem acedi a um estudo elaborado pela CM, onde está expresso que aos munícipes apenas se lhes vai exigir pagamentos.

E para os 'convencer', estão previstas 'campanhas' de sensibilização e publicidade.

Perante todo o potencial de benefícios que estes resíduos podem trazer aos albicastrenses, ao ambiente, à economia local, senti vergonha alheia por se irem desbaratar dinheiros públicos desta forma, e pior, a entregar os lucros deste recurso uma empresa privada. A Mota-Engil...

É demasiado triste ver isto.

Por isso, nesta proposta votaremos contra.

Sónia Mexia (Administradora dos SMAS) – Relativamente, à questão da eficiência hídrica, este Orçamento contempla um investimento para dar continuidade, àquele que é o nosso projeto de eficiência hídrica na perspetiva, por um lado, reduzir consumos, sermos mais eficientes e também, no âmbito, de campanhas de sensibilização à população para promover a poupança na parte do consumidor.

Relativamente, à questão dos bio resíduos, gostava de fazer aqui um enquadramento. Os bio resíduos contemplam os verdes, portanto, tudo o que é folhagem e o que são restos de poda, contemplam os verdes e tudo o que é folhagem e o que são restos podas, contemplam a fração de orgânicos que existem naquilo que atualmente vai para os resíduos indiferenciados, ou seja, resíduos crus, cozinhados, tudo isto no momento está a ser inserido nos resíduos diferenciados. E porque é que surge esta necessidade que é uma imposição legal da questão de separar a origem ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

separar os bio resíduos? Efetivamente, os bio resíduos têm valor energético, tem valor em termos ambientais na produção do composto que pode ser depois aproveitado para a agricultura.

De alguma forma, temos aqui também um processo de singularidade.

Em termos, daquilo que é o projeto para Castelo Branco, o que é que temos? Temos já no âmbito de uma candidatura do fundo ambiental, promover este investimento, portanto, vai financiar o investimento para se promover à separação na origem dos bio resíduos e, portanto, temos já uma candidatura aprovada que está condicionada às verbas que, naturalmente, foram atribuídas à CIMBB e neste caso, concreto, ao Município de Castelo Branco. Mas a nossa estratégia e o nosso projeto e vou aqui explicar, temos várias vertentes, ou seja, a vertente da recolha dos grandes produtores que vai ser uma recolha porta a porta, onde estamos a englobar tudo o que é restauração, as escolas, indústrias que produzam estes resíduos orgânicos e, depois, temos também a nível das sedes de freguesia que se pretende que seja o aproveitamento dos bio resíduos para a produção de composto, ou seja, aquilo que seja a chamada compostagem comunitária, isto vai exigir muito envolvimento das Juntas de Freguesia e acima de tudo, as pessoas vão ser o essencial.

Não vai haver alteração da taxa da tarifa de resíduos, até porque o objetivo desta separação dos resíduos é fazer com que chegue menos indiferenciado aos aterros. Os aterros estão a ficar lotados e, portanto, o que se pretende, é retirar e não deixar que estes resíduos que têm valor cheguem aos aterros.

Os resíduos orgânicos, os que são cozinhados podem ter um destino que é a digestão e podem dar origem à energia elétrica, portanto, em termos de produção de cogeração.

E, portanto, são estas valências todas dos resíduos que nos permitem alcançar e também cumprir as metas, não só nacionais, mas também comunitárias e, portanto, carecem, naturalmente, de investimentos. Estes resíduos precisam também de uma temporização específica. Precisamos de investir nos combustores domésticos e comunitários também, sendo que no caso do composto que se pretenda que seja produzido a nível das freguesias, é que seja utilizado pelas freguesias, pelas pessoas, não andarmos a transportar o composto e de alguma forma fecharmos aqui o ciclo e garantir aqui a circularidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O regulador recomenda uma bonificação de 100% para o utilizador e para o consumidor. Não é no próximo ano, obviamente, tudo isto, implica uma operacionalização que ainda ao nível de todo o país está a ser desenvolvido. Temos as cidades mais do litoral que já estão um pouco mais avançadas, no Interior temos que arrancar e o ano de 2023 vai ser sem dúvidas, um marco e também uma novidade para nós.

Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para conseguirmos implementar estes projetos e também a candidatura do fundo ambiental.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos contra, 2 do CHEGA e 1 do MPT, 3 abstenções do PSD/CDS/PPM, e 33 votos a favor, 18 do PS e 15-SMI, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2023, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Redução de IMI – Artigo 44º. - B do Decreto-Lei 215/89, de 1 de julho, com a alteração introduzida pelo artigo 224º. da Lei nº. 42/2016, de 28/12.” (Proposta nº. 57/2022)

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – É mais um pedido de esclarecimento, não percebi bem, pode ter sido um lapso, esta redução de IMI vai ser aplicada só aquele munícipe que fez o pedido ou a todos os munícipes que têm edifícios de classe A? E caso seja para todos os munícipes, vão ser informados?

Luís Alfredo Cardoso Resende (Diretor do Departamento do Ambiente, Obras e Sustentabilidade) – Esta redução de imposto, é temporária, dura apenas cinco anos e é para situações novas. É para pessoas que implementam medidas para ter menores gastos energéticos, portanto, não é para todos os edifícios da classe A. Não será para sempre, é um apoio que se dá para as pessoas que quando fazem obras, melhorarem. Por isso tem que ter o antes e têm que subir pelo menos dois níveis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do PSD/CDS/PPM e 38 votos a favor, 1 do MPT, 2 do CHEGA, 2 do PSD/CDS/PPM, 15 do S-MI e 18 do PS, aprovar a redução de 25% de IMI, nos termos do Artigo 44º. - B do Decreto-Lei 215/89, de 1 de julho, com a alteração introduzida pelo artigo 224º. da Lei nº. 42/2016, de 28/12.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município de Castelo Branco à Rede Cidades e Vilas que Caminham.” (Proposta nº. 58/2022)

António Fonseca (MPT) - Não é aceitável que a Câmara Municipal celebre um protocolo com uma entidade privada, que acarreta custos anuais e que apesar de essa entidade não ter fins lucrativos, atua no mercado de projeto e consultoria de forma concorrencial e desleal com entidades privadas, que pagam os seus impostos. Para saber isto basta consultar o site do intitulado 'Instituto de cidade e vilas que caminham'.

Não é admissível que dinheiros públicos oriundos de impostos financiem entidades que concorrem diretamente com quem paga os impostos.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra do MPT e 39 votos a favor, 2 do CHEGA, 4 do PSD/CDS/PPM, 15 do S-MI e 18 do PS, a adesão do Município de Castelo Branco à Rede Cidades e Vilas que Caminham.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniãos de Freguesia:

6.1. Transportes Escolares, Refeições Escolares, Refeições Escolares do Pré e 1º. Ciclo e Assistentes Operacionais de Apoio ao Ensino Pré-Escolar e do 1º. Ciclo do Ensino Básico. (Proposta nº. 59/2022)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com as Juntas/Uniãos de Freguesia, para Transportes Escolares, Refeições Escolares, Refeições Escolares do Pré e 1º. Ciclo e Assistentes Operacionais de Apoio ao Ensino Pré-Escolar e do 1º. Ciclo do Ensino Básico.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

6.2. Junta de Freguesia de Monforte da Beira. Recuperação do Cemitério da Freguesia de Monforte da Beira. (Proposta n.º. 60/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Monforte da Beira, para recuperação do cemitério da Freguesia, no valor de €8.058,96.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

6.3. União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Arranjos paisagísticos em Sobral do Campo. (Proposta n.º. 61/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a União de Freguesia de Ninho do Açor e Sobral do Campo, para arranjos paisagísticos, sítios no Bairro da Boavista e na Rua do Vau, em Sobral do Campo, no valor de €64.198,62.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “Eleição de um Presidente de União/Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou votação secreta, com 35 (SIM), 2 (Não) e 1 (branco), eleger a Presidente da Junta de Freguesia de Alcains, Milene Cristina da Silva Marques Santos (Proposta A).

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Alcains na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Branco”.

A Assembleia Municipal deliberou votação secreta, com 20 (SIM); 6 (não) e 14 (Branco), nomear a Professora, Marília Maria Luís Faustino Falcão, em substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Alcains na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

1.º ADITAMENTO

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco. Proposta de Minuta de Contrato-Programa para o Ano 2023. (Proposta n.º. 62/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 abstenções, 1 do MPT, 2 do CHEGA, 4 do PSD/CDS/PPM e 15 do S-MI e 18 a favor do PS, aprovar a minuta do Contrato-Programa para o Ano 2023. CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 12.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade

Ponto 10 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesia:

10.1. Junta de Freguesia de Salgueiro do Campo. Pavimentação da Rua da Vinha e Requalificação do Monumento de Nossa Senhora dos Caminheiros. (Proposta n.º 63/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Salgueiro do Campo para pavimentação da Rua da Vinha e Requalificação do Monumento de Nossa Senhora dos Caminheiros, no valor de € 14.824,90.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 13.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

10.2. Junta de Freguesia de Benquerenças. Alargamento das Ruas Nova e das Quelhinhas e Calcetamento da Rua das Quelhinhas, em Maxiais. (Proposta n.º 64/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Benquerenças, para alargamento das Ruas Nova e das Quelhinhas e Calcetamento da Rua das Quelhinhas, em Maxiais, no valor de €52.956,93.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 14.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade

10.3. União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Requalificação da Piscina de Ninho do Açor. Aditamento. (Proposta n.º 65/2022)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Aditamento ao Contrato Interadministrativo com a União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 15.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Campo para requalificação da piscina do Ninho do Açor, no valor de €4.404,30.

10.4. União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Colocação do Nome à Entrada das Freguesias, Iluminação de Edifícios e Numeração dos Cemitérios. (Proposta n.º. 66/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Aditamento ao Contrato Interadministrativo com a União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo para colocação do Nome à Entrada das Freguesias, Iluminação de Edifícios e Numeração dos Cemitérios, no valor de € 32,701,64.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 16.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade

Ponto 11 - Discussão e votação da proposta de “Aquisição Onerosa de Prédios Urbanos em Castelo Branco. Rua de São Sebastião, n.ºs 25 a 37, e Rua dos Ferreiros, n.º. 6, 8 e 10, artigos 884 e 3765, da Freguesia de Castelo Branco. (Proposta n.º. 67/2022)

Foi presente à sessão, a deliberação da Câmara Municipal de 14.12.2022, bem como os relatórios de avaliação relativos aos seguintes prédios urbanos:

- Imóvel sito na Rua dos Ferreiros, n.º. 6, 8 e 10, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Castelo Branco sob o artigo 3765, de que é proprietária a COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Imóvel sito na Rua São Sebastião, n.º 25 a 37, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Castelo Branco, sob o artigo o artigo 884, de que são proprietários Manuel Almeida Damásio e Francisco Faria Ferreira.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI) – Concordamos, naturalmente, havendo disponibilidade financeira por parte da Câmara da aquisição destes equipamentos, destas infraestruturas. Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se já tem alguma ideia em termos de ocupação futura da utilização daquele espaço.

Presidente da Câmara Municipal – Temos algumas ideias, mas não posso ainda revelá-las porque podem não se vir a verificar.

A aquisição destes edifícios entra naquilo que é a valorização histórica, no edificado da zona histórica, é dos últimos palácios em estado avançado de degradação e que importa requalificar e, neste caso, concreto, achamos que considerando a sua localização, a dimensão e também o seu valor histórico é importante que a Câmara Municipal o faça.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção do MPT e 39 votos a favor, 2 do CHEGA, 4 do PSD/CDS/PPM, 15 do S-MI e 18 do PS, a Aquisição Onerosa de Prédios Urbanos em Castelo Branco. Rua de São Sebastião, n.º 25 a 37, e Rua dos Ferreiros, n.º 6, 8 e 10, artigos 884 e 3765, da Freguesia de Castelo Branco, pelo valor de € 928.672,43 e €51.668,08, respetivamente.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 17.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

2.º. ADITAMENTO

Ponto 12 - Discussão e votação da proposta de “Adesão à Central de Compras Denominada Central Nacional de Compras Municipais (CNCM) dos SMAS. (Proposta n.º 70/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aderir à Central de Compras denominada Central Nacional de Compras Municipais (CNCM), dos SMAS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º18 .

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade

Ponto 13 - Discussão e votação da proposta de “Contrato Interadministrativo com a União de Freguesia de Escalos de Cima e Lousa. Construção de *Bunker* para Instalação de ATM em Escalos de Cima. (Proposta n.º. 71/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a União de Freguesia de Escalos de Cima e Lousa para construção de *Bunker* para instalação de ATM em Escalos de Cima, no valor de €20.808,48.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º19 .

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 14 - Albigeç, EM/SA.

14.1 – Proposta de aprovação de Alteração Estatutos. (Proposta n.º. 72/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, 16 votos contra, 2 do CHEGA e 14 S-MI, 5 abstenções, 4 do PSD/CDS/PPM e 1 do MPT e 18 votos a favor do PS, aprovar a Alteração de Estatutos, para o ano de 2023, da ALBIGEC, EM/S.A.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 20.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

14.2 - Proposta de aprovação do Contrato Programa para o ano de 2023. (Proposta 73/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, 16 votos contra, 2 do CHEGA e 14 S-MI, 5 abstenções, 4 do PSD/CDS/PPM e 1 do MPT e 18 votos a favor do PS, aprovar a Minuta de Contrato-Programa, para o ano de 2023, da ALBIGEC, EM/S.A..

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 21.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Presidente da Câmara Municipal – Desejo as Boas Festas a todos, com saúde, em família e também na família que é a nossa comunidade.

Boas Festas.

Presidente da Assembleia Municipal - Está encerrada esta sessão.

Desejo umas Boas Festas a todos.

Feliz Natal aos Senhores Deputado e à nossa comunidade.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram 14 horas e 30 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1.º Secretário,